

# Vivências de desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros

Ana Maria Duarte

## Introdução

O artigo que aqui se apresenta tem por base uma investigação \*, na qual se procurou analisar os processos de recomposição identitária e de transformação de modos de vida dos operários mineiros colocados na situação de desemprego devido ao encerramento da exploração mineira do Pejão e as possibilidades reais de reinserção facultadas, nomeadamente, pelas acções de formação que puderam frequentar.

Retivemos como pressuposto fundamental a ideia de que o trabalho e o emprego assumem um papel central, ainda que com importâncias diferenciadas, nos processos de construção das identidades sociais e profissionais, de tal modo que uma situação de não trabalho — o desemprego —, opera rupturas mais ou menos intensas nas identidades de cada um. Noutros termos, o desemprego tem consequências marcantes, algumas irreversíveis, nos modos de vida daqueles que se encontram nessa situação. Tal pode ser observado ao nível das opiniões, das atitudes, das práticas, das expectativas e dos projectos dos indivíduos desempregados <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Consubstanciada na dissertação de mestrado com o título: "Vivências de Desemprego, Estratégias de Reinserção Profissional e Reconstrução de Identidades — O caso dos mineiros do Pejão". A referida dissertação, realizada no âmbito do mestrado em "Sociologia, Poder Local, Desenvolvimento e Mudança Social" sob a orientação do Prof. Doutor José Madureira Pinto, foi defendida em Dezembro de 1997 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e beneficiou do apoio da JNICT.

<sup>2</sup> Do ponto de vista metodológico, e com o objectivo de compreender a realidade em estudo nas suas múltiplas dimensões, accionámos um conjunto diverso de

É nosso objectivo, então, apresentar aqui um conjunto de resultados da referida investigação, susceptíveis de ilustrar as transformações ocorridas nos modos de vida dos operários mineiros, numa tentativa de contribuir para a análise das relações entre desemprego e processos de (re)construção identitária, nomeadamente através da caracterização das vivências de desemprego e das situações de reinserção profissional.

Começaremos por referenciar alguns dos aspectos teóricos orientadores da pesquisa relativamente à temática das vivências de desemprego. Em seguida, e para além de uma breve contextualização do processo de encerramento da exploração mineira e do enquadramento institucional que o acompanhou, apresentaremos algumas das dimensões através das quais se torna possível avaliar os efeitos do desemprego nos modos de vida dos indivíduos. As vivências de desemprego analisam-se, deste modo, tendo por referência as reacções ao desemprego, os efeitos psicológicos e sociais, os rendimentos e as condições de vida, a ocupação do tempo, entre outros aspectos. Finaliza-se, acentuando algumas conclusões mais relevantes.

---

técnicas. Assim, técnicas como a observação directa e a entrevista foram cruzadas com o inquérito por questionário e a análise de fontes documentais.

Para além de uma primeira fase de aproximação etnográfica ao local que inclui conversas informais com os desempregados e os residentes bem como entrevistas exploratórias, a observação directa concretizou-se ainda durante toda a fase de trabalho de terreno.

O inquérito foi aplicado a desempregados inscritos no Centro de Emprego de S. João da Madeira. Destes últimos, privilegiou-se os residentes nas freguesias de Pedorido, Raiva, Paraíso e Real, por serem aquelas em que o número de desempregados residentes era maior. Além dessas freguesias, seleccionámos também a freguesia de Lomba, do concelho de Gondomar, por se aproximar significativamente das localidades acima referidas, quer em termos de impacto do encerramento, quer em termos de situação geográfica. Na escolha dos indivíduos a inquirir, procurou-se sempre manter a proporção dos inscritos nos Centros de Emprego das localidades seleccionadas, em articulação com as características dos trabalhadores em termos de categoria profissional, idade e antiguidade na empresa. A amostra é, assim, constituída por 166 indivíduos, maioritariamente residentes nas freguesias de Raiva e Pedorido, com um maior peso das categorias profissionais de escombreiro e mineiro e com um número relativamente elevado de indivíduos com antiguidade igual ou superior a 15 anos.

As entrevistas aos desempregados foram realizadas com o objectivo de captar um tipo de informação mais qualitativa e menos genérica do que aquela que é fornecida pelo inquérito.

## 1. Construir sociologicamente o objecto

A compreensão do desemprego e das experiências dos desempregados tem sido, tradicionalmente, realizado através do estudo das reacções dos indivíduos à privação de emprego, das suas adaptações quotidianas e dos seus modos de vida. De uma forma genérica, pode dizer-se que nestas análises o desemprego tem aparecido como um traumatismo profundo e desestabilizador com consequências a nível individual, familiar e social negativas e também como um estatuto social inferior, vivido pela maior parte dos indivíduos como "um tempo vazio". Estas conclusões, presentes nas primeiras pesquisas consagradas aos efeitos do desemprego na vida dos indivíduos — no contexto da crise dos anos trinta — têm vindo a confirmar-se nalguns trabalhos mais recentes.

Porém, tem-se vindo simultaneamente a chamar a atenção para o perigo de etnocentrismo em tais análises, dada a distância da posição social do investigador em relação à experiência de desemprego, como reconhece Dominique Schnapper quando refere que «O acento que [se colocou] em trabalhos precedentes sobre a inferioridade do estatuto dos desempregados, sem aí sublinhar suficientemente o carácter *relativamente* positivo (...) derivava de um etnocentrismo de funcionário, reforçado pela atitude dos próprios desempregados ...»<sup>3</sup>

Outro aspecto que tem sido evidenciado, contra a unicidade aparente das consequências do desemprego, é que não obstante um estatuto administrativo comum, as experiências do desemprego são diversas. Constata-se a existência de uma pluralidade de maneiras de viver o desemprego, uma multiplicidade de situações e de representações do desemprego. O objecto de estudo passa, então, a ser o das *vivências (vivididos) de desemprego ("vécus dn chômage")*.

De facto, se todos conhecem perturbações e alterações nos seus ritmos de vida e nas suas referências, se a sua identidade, de uma forma ou de outra, é problematizada, eles continuam a pertencer a categorias sociais diferentes e a dispor de recursos económicos culturais e sociais desiguais. O desemprego não elimina as diferenças sociais nem as socializações anteriores. São várias as realidades sociológicas do desemprego. A vivência do desemprego varia segundo a natureza e combinação de um grande número de variáveis: idade, pertença social, competências escolares, profissionais e sociais, recursos económicos e culturais, profissão anterior e sector de acti-

---

<sup>3</sup> Dominique Schnapper — «Rapport à Pemploi, protection sociale et statuts sociaux», in *Révue Française de Sociologie*, n.º 1, 1989, p. 13.

vidade, estado de saúde, grau de solidariedade do grupo familiar, duração do desemprego, etc.

A consideração deste facto leva alguns autores a advertir e a constatar a dificuldade, senão mesmo a impossibilidade, de compreender o "vivido" individual e o "vivido" das histórias colectivas da experiência do desemprego. Não discordando de tal preocupação, muito pelo contrário, parece-nos contudo oportuno trazer aqui algumas considerações de Madureira Pinto, que não tendo sido realizadas directamente a propósito deste assunto, contribuem para pensar a possibilidade de construção e análise de um objecto como o que aqui nos ocupa: o das vivências do desemprego. Afirma o autor que apesar de o número de características e comportamentos de cada indivíduo ser muitíssimo elevado, tal como singulares são as respectivas combinatórias, «a verdade é que também é sempre possível identificar um número finito de propriedades que cada indivíduo e comportamento compartilha duravelmente com outros»<sup>4</sup>.

Sendo o grupo dos desempregados um grupo socialmente heterogéneo e a experiência do desemprego uma experiência muito particularmente vivida, não está, de forma alguma, impossibilitada uma análise que, tendo precisamente isso em consideração, procure na diversidade de experiências individuais da vivência do desemprego elos de ligação, factores e elementos de aproximação ou diferenciação. Porque a diversidade não significa dispersão das experiências e porque o desemprego não é apenas um complexo problema individual, parece-nos bastante plausível estudar as diferentes vivências de desemprego, sem termos de cair num individualismo associológico.

A tarefa de construção do objecto sociológico vivências de desemprego, tal como não se deve conformar à explicação individualista dos comportamentos, deve evitar também qualquer abordagem estritamente determinista destes. Precisa, antes, de estar constantemente atenta às eventuais novas situações que possam surgir, aberta à multiplicidade de determinações singulares das vivências de desemprego, mas também à importância dos factores estruturais que em cada época e em cada sociedade marcam, de forma mais ou menos aguda, essas mesmas vivências.

Ainda com a preocupação de estudar sociologicamente as vivências de desemprego, parece-nos extremamente importante que estas sejam abordadas segundo uma perspectiva que considere o desemprego, não como um estado, mas como um processo e que tenha em conta a dinâmica dos efei-

---

<sup>4</sup> J. Madureira Pinto — *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 132.

tos do desemprego ao longo do tempo. Viver o e no desemprego não é viver um estado inalterável no tempo; é viver diferentes momentos, experimentar diversas situações, é passar por etapas e fases diferentes.

### *7.7. Pluralidade das vivências de desemprego*

Como já se disse, é no contexto da crise dos anos trinta, com a progressão do desemprego, que são realizadas as primeiras pesquisas sociológicas sobre as reacções ao desemprego para se tentar compreender como ele se repercute sobre aqueles que dele são vítimas. Tais pesquisas prestam, contudo, pouca importância à diversidade de reacções individuais.

Em "Les Chômeurs de MarienbaP", o trabalho mais célebre desta época, Lazarsfeld, Johada e Zeizel descrevem uma situação marcada por um desemprego massivo de operários, fracamente indemnizados, devido ao fechamento da fábrica local. A análise é feita em termos de comunidade. Uma comunidade dominada pela lassitude, que sofre as consequências negativas do desemprego: a degradação do nível de vida e das relações familiares, o enfraquecimento das actividades sociais, políticas e de lazer, a desestruturação do tempo quotidiano.

O desemprego é vivido por todos como uma perda de estatuto social, e também como desaparecimento de todo o reconhecimento social. E ainda que Lazarsfeld e a sua equipa distingam, no interior da comunidade, os "resignados", os "desesperados", os "estáveis" e os "apáticos", fazem-no acrescentando que nem sempre foi fácil distinguir estas quatro categorias, e sobretudo identificá-las. De facto, esta tipologia é construída a partir de elementos heterogéneos: as atitudes antecipatórias, tais como a projecção no futuro ou a procura de um emprego, e os comportamentos quotidianos, tais como a gestão do orçamento, o arranjo da casa e o asseio do casal. Este último conjunto de critérios tem uma dimensão normativa não negligenciável, pois conduz a sublinhar as "condutas económicas irracionais". Por outro lado também, não se tentam explicar as diferenças constatadas nos comportamentos, uma vez que esta tipologia é apenas evocada lateral e acidentalmente.

Em 1966, Raymond Ledrut, na primeira grande obra francesa sobre o tema, centra-se numa vivência típica do desemprego, a do "desempregado crónico, bastante inferiorizado e com um desemprego de longa duração". O desemprego é definido como uma "perda de estatuto", vivido como "decaência social" e com humilhação.

Já os estudos dos finais dos anos setenta e inícios dos anos oitenta, que se debruçam sobre a maneira como os desempregados vivem o período

de desemprego, tentam distinguir e explicar a pluralidade das reacções dos desempregados à perda do emprego, geralmente, propondo tipologias para as enquadrar. Estas tipologias centram-se principalmente sobre os efeitos desestabilizantes do desemprego, ao nível individual, familiar e social.

Exemplo desta perspectiva de análise é o trabalho de Dominique Schnapper<sup>3</sup>. No estudo que faz de uma amostra de 100 desempregados através de entrevistas aprofundadas, o autor elabora três tipos de experiências vividas, que são simultaneamente três formas de fazer face ao desemprego: o "desemprego total", o "desemprego invertido" e o "desemprego diferido", sublinhando, contudo, a experiência traumatizante do desemprego.

Estas três formas significativas de viver o desemprego são distinguidas a partir de três dimensões. A primeira centra-se na capacidade de adopção de actividades de substituição do trabalho e no investimento num estatuto alternativo: o desemprego será vivido tanto mais positivamente quanto mais o indivíduo possa desenvolver actividades que o realizem. A intensidade e a forma das sociabilidades constituem a segunda dimensão: quanto mais o desempregado esteja integrado em redes sociais independentes do seu trabalho, menor serão as consequências negativas do desemprego. Por fim, o enquadramento familiar: a integração familiar constitui um apoio à crise de estatuto que constitui o desemprego, enquanto que as dificuldades familiares tendem a agravá-la.

Para além destes três elementos diferenciadores, dois vectores principais orientam a sua análise. Um diz respeito ao lugar do trabalho na vida dos indivíduos, que aparece como determinante na experiência do desemprego, sobretudo para aqueles que o vivem como "total". Para estes indivíduos, é o trabalho que marca os modelos comportamentais no tempo e no espaço, conferindo um estatuto e uma identidade sociais. O desemprego total é a forma vivida pela maior parte dos desempregados que experimentam um sentimento de humilhação, de aborrecimento, de perda de confiança em si, de dessocialização. Outro vector que atravessa a análise de Schnapper é a conclusão de que cada tipo de desemprego constitui a experiência privilegiada de grupos sociais.

Assim, o desemprego total é massivamente vivido pelos "trabalhadores manuais", embora podendo também estender-se aos empregados e aos quadros de origem modesta. Outros são os grupos sociais que têm a possibilidade de adoptar estatutos de substituição e assim inverter, ainda que provisoriamente, a experiência do desemprego e/ou a capacidade de estabe-

---

<sup>3</sup> Veja-se Dominique Schnapper — *L'épreuve du chômage*, Paris, Gallimard, 1981.

lecer relações sociais fora do mundo do trabalho e transfigurar a sua condição de desempregado pela evocação de outras qualidades/capacidades pessoais. Jovens, de origem social média ou mesmo superior, sem graves problemas financeiros, com a sua situação e formação mal resolvida no mercado de trabalho preferem definir-se como estudantes ou artistas em vez de desempregados. Os primeiros encontram, a maior parte das vezes depois de terem passado por curtas experiências profissionais, o ritmo de trabalho intelectual independente, o tempo livre, as ocupações específicas de jovens provenientes de famílias abastadas (viagens, desportos, leitura, fotografia,...). Os outros definem-se como artistas, opondo às contingências do trabalho profissional, a disponibilidade e a liberdade necessárias à criação artística. O desemprego permite-lhes, assim, dedicarem-se à sua obra. Contrariamente ao "desemprego total", o "desemprego invertido" consiste numa valorização do período de desemprego.

Já os quadros que passam por uma experiência de desemprego tendem a investir, de certa forma este tempo livre forçado na preparação da sua reentrada no trabalho. Procuram de maneira sistemática um emprego e tratam de aumentar as suas qualificações, ocupando-se em actividades de formação e outras capazes de lhes trazerem novos trunfos para aceder a um emprego. Desta forma, sentem-se activos e o desemprego aparece-lhes como um tempo de pausa relativa, destinada a preparar a próxima etapa da sua carreira. Tentam não interiorizar a condição de desempregado e os comportamentos que tende a induzir e, desse modo, diferir o desemprego, lutando contra a desprofissionalização e a dessocialização. O "desemprego diferido" não está reservado apenas aos quadros. Jovens contramestres, ou técnicos em mobilidade social ascendente podem também viver este tipo de experiência.

Para Dominique Schnapper a diversidade de vividos do desemprego não é, como vimos, fruto do acaso: cada tipo de desemprego constitui a experiência privilegiada de certas categorias sociais. Contudo, não se pode fazer desta correspondência entre vividos de desemprego e grupos sociais um dado absoluto, ela é apenas relativa. O próprio autor chama a atenção para isso quando afirma que a idade, o nível cultural, a relação entre necessidades financeiras e rendimento familiar agravam ou tornam positiva, no seio de cada grupo, a experiência do desemprego.

A obra de Schnapper, sobretudo a tipologia das três formas de desemprego, constitui uma referência, não só porque, como refere Demazière, «esta pesquisa marca uma renovação nas análises sociológicas das experiências do desemprego, mas também porque não se dispõe de outros trabalhos com a mesma amplitude, que proponham uma grelha de inteligibilidade compará-

vel»<sup>6</sup>. De facto, os trabalhos ulteriores centram-se em categorias particulares de desempregados, que são também as privilegiadas pelas políticas públicas, nomeadamente os jovens e os desempregados de longa duração.

É o caso da pesquisa de Jacques Le Mouél que, igualmente com o objectivo de compreender a diversidade de vividos do desemprego, mas centrando-se nos jovens desempregados, apresenta uma tipologia apoiada na hipótese de que a forma de viver o desemprego depende das representações que os indivíduos fazem do trabalho<sup>7</sup>.

Baseando a sua pesquisa na observação de atitudes e comportamentos e no acompanhamento de jovens que recebia como conselheiro profissional numa agência local de emprego, o autor pôde não só constatar a existência de uma grande diversidade de "vividos" de desemprego, como verificar que uma grande parte dos jovens, quase todos de origem popular, não manifestava grande desejo de arranjar um emprego na produção e alguns contestavam mesmo o trabalho assalariado. A partir destes dados, Le Mouél aplica um inquérito e entrevistas repetidas a cada um dos jovens inquiridos com o objectivo de compreender esta diversidade de vividos.

Os resultados obtidos permitem-lhe agrupar as experiências de desemprego em dois pólos extremos, representativos de dois modos diferentes de viver o desemprego. Um, o "desemprego doença", caracteriza aqueles jovens para os quais o trabalho assalariado é primeiro que tudo uma necessidade vital. A procura de um emprego estável é o objectivo número um para eles. Contudo, perante as dificuldades do mercado de trabalho são, muitas vezes, obrigados a aceitar o que lhes aparece, independentemente das condições de trabalho ou da natureza do emprego oferecido. Estes jovens têm interiorizada a necessidade social e moral de trabalhar; é trabalhando que se é reconhecido, é o trabalho que permite, através do salário recebido, a integração social e o acesso ao modo de vida que desejam.

Sendo assim, o desemprego torna-se numa experiência traumatizante dominada pela procura de emprego. A preocupação, a humilhação, o aborrecimento, a solidão, o vazio pontuam o dia-a-dia destes jovens desempregados. Este tipo de experiência é condizente com a designada por Schnapper de "desemprego total".

---

<sup>6</sup> D. Demazière — «Chômage et dynamiques identitaires» in PAUGAM, Serge — *Uexclusion. Uétat des savoirs*, Paris, La Découverte, 1996, p. 338.

<sup>7</sup> Cf. Jacques Le Mouél, — «Le chômage des jeunes: des "vécus" très différents», in *Sociologie du Travail*, n.º 2, 1981, pp. 163-172.



Por seu turno, o "desemprego banalizado", que na tipologia de Schnapper encontra o seu equivalente no "desemprego invertido", constitui a forma de viver o desemprego de um grupo de jovens que, do trabalho, retém sobretudo os seus constrangimentos, as más condições, a pouca criatividade e a impossibilidade de se realizarem. Esta consciencialização da realidade do mundo do trabalho, grande parte das vezes provocada pela impossibilidade de realização das suas aspirações no decorrer dos empregos que tiveram, leva-os a contestar o trabalho assalariado, a colocar em causa o trabalho enquanto valor e a aspirar a um outro modo de vida.

Esta desafectação ao trabalho faz com que o desemprego se banalize, enquanto experiência pessoal. O tempo do desemprego é geralmente um tempo querido e requerido para poderem reflectir e procurar outras vias de realização pessoal. Muitos destes jovens despediram-se do último emprego para poderem realizar projectos alternativos ao trabalho assalariado, utilizando estrategicamente um conjunto de apoios institucionais que procuram rentabilizar (Centros de Emprego, organismos de formação, ajuda social, trabalho temporário, etc).

Outras análises, apesar de utilizarem quadros e conceitos teóricos diversificados, constataam também a ausência de unicidade do vivido de desemprego. Mostram que existe uma diferenciação dos efeitos do desemprego sobre as formas da sua apreensão subjectiva. Donde se conclui que a situação de desemprego não implica uma configuração identitária única nem homogénea.

Como interpretar e explicar, então, as diferenciações subjectivas da experiência do desemprego? A explicação sociológica mais clássica tende a fazer corresponder as diferentes formas de desemprego a diferentes categorias sociais (sócio-profissionais, de idade, de sexo,...). D. Schnapper, como tivemos ocasião de ver, adopta esta perspectiva, mas não deixa, todavia, de notar que tal como os três tipos de desemprego não se distribuem ao acaso, também não se explicam apenas por uma ou por um pequeno grupo de variáveis.

Além da constatação de que o desemprego não constitui uma experiência homogénea, é fundamental considerar-se que as diferenças sociais e as socializações anteriores dos indivíduos não deixam de existir quando estes se encontram em situação de desemprego. As variáveis biográficas assumem uma importância determinante na forma de se encarar e viver uma situação de desemprego. Na interpretação das vivências do desemprego importa, por isso, prestar atenção à posição no ciclo de vida, à posição na estrutura social, à posição numa trajectória social, às antecipações subjectivas do futuro, às redes relacionais, aos estatutos sociais objectivamente possíveis.

Esta perspectiva deve ainda ser completada por uma abordagem que ressitue as experiências do desemprego nos mecanismos de regulação do mercado de trabalho.

Relativamente aos desempregados de longa duração, para além de se colocarem os pressupostos anteriores, interessa saber se existe um efeito significativo da duração do tempo passado no desemprego sobre a experiência vivida. Será que as condições de vida, os relacionamentos sociais, os comportamentos dos desempregados de longa duração se transformam à medida que o tempo passa? São as reacções e comportamentos do desempregado diversamente vividas no início e ao longo do tempo? Como evolui a vivência do desemprego no decorrer dos dias, dos meses e até dos anos de desemprego? Existirão diferenças relevantes entre os desempregados que estão um período de tempo curto no desemprego e os que permanecem nessa situação por períodos mais longos, relativamente, por exemplo, aos comportamentos de procura de emprego, aos estados psicológicos, ao nível de vida?

Todas estas são interrogações que a abordagem do "vivido" dos desempregados de longa duração comporta.

### *1.2. Sobre a necessidade de distinguir "desemprego" e "exclusão social"<sup>99</sup>*

Segundo algumas análises, o alongamento da duração do desemprego tende a homogeneizar os comportamentos e atitudes individuais ao ponto de uniformizar as experiências do desemprego em torno de uma "identidade negativa", de uma degradação da imagem de si, que conduziriam quase inevitavelmente à exclusão social. A nossa hipótese a este respeito é de que as situações de desemprego não correspondem necessariamente a situações de exclusão social. A probabilidade de esta relação acontecer aumenta quando o desemprego se prolonga no tempo e/ou se repete, mas nem todos os desempregados de longa duração são excluídos.

A hipótese inventariada radica numa perspectiva que não reduz a exclusão à ausência de um lugar na esfera produtiva, isto é, à ausência de trabalho e recursos económicos; exclusão significa também a perda de relações sociais<sup>8</sup>, a ruptura das pertenças sociais que encaminham os indivíduos para o isolamento e a privação das redes de solidariedade material e afectiva.

---

<sup>8</sup> Cf. Claude Dubar —«Socialisation et processus», in Serge Paugam — *Vexclusion. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, p. 111.

Aos processos de integração/exclusão, estão inerentes, portanto, três dimensões principais: uma dimensão económica, uma dimensão social e uma dimensão simbólica<sup>9</sup>. É por relação a essas três dimensões, que os ligam ao emprego e à protecção social, à família, aos amigos e aos vizinhos, e às diversas instâncias e instituições da sociedade civil, que os indivíduos se situam socialmente, identificando o seu lugar e o seu papel na sociedade. A ausência de todas estas formas de participação tenderá a configurar uma situação de exclusão social.

Ora, existindo, sem dúvida, uma interdependência entre as três dimensões do processo de exclusão, também não é de eliminar a possibilidade de alguma autonomia relativa de uma dimensão em relação às outras e, em certos casos, pode mesmo suceder que a exclusão numa das dimensões possa reforçar a integração numa outra<sup>10</sup>.

O desemprego é uma situação social desfavorável, mas as respostas individuais são variadas. Nem todos encetam, a partir daí, um processo orientado para a exclusão social. Da situação do indivíduo nos restantes espaços sociais, dos tipos de capitais de que pode dispor e das possibilidades objectivas, depende o tipo de comportamento, de acção adoptadas e, consequentemente, a construção de trajectos diferenciados.

O desemprego de longa duração pode não ser princípio do processo de exclusão. Pode ser tão só um dos momentos de um processo de acumulação de "handicaps", iniciado na família, na passagem pela escola e, agora, no afastamento do mercado de trabalho. Pode também ser apenas uma ruptura estritamente profissional que, apesar de situar num tempo longo, não provoca outras rupturas. A possibilidade de reinserção profissional não pode ser descartada, pelo menos para alguns dos desempregados de longa duração.

Deste modo, ser-se excluído do mercado de trabalho não significa necessariamente uma exclusão social e muito menos uma vivência de excluído por parte dos desempregados.

---

<sup>9</sup> Cf. Isabel Taboada Léonetti — «Intégration et exclusion», in GAULEJAC, Vincent de; LÉONETTI, Isabel Taboada — *La lutte des places*, Marseille, Paris, Hommes et Perspectives, Desclée de Brouwer, 1994, p. 54.

<sup>10</sup> Hoggart mostra, a este respeito, como a exclusão económica das classes populares aparece associada à participação numa cultura e ao reforço do sentimento de pertença de um grupo por oposição aos dominantes. A partilha da exclusão económica, neste caso, favorece a emergência de relações de solidariedade entre os grupos e o surgimento de uma identidade colectiva construída por referência a um lugar comum na sociedade. Cf. R. Hoggart — *La culture du pauvre*, Paris, Minuit, 1970.

Assim sendo, perfilhamos aqui as posições que sublinham a pluralidade de maneiras de viver o desemprego de longa duração, quer tratando-se das sociabilidades, da relação com o trabalho, da ocupação noutras actividades, etc. Não subestimando, de forma alguma, o facto de o efeito da duração do desemprego sobre as vivências e as experiências individuais poder conduzir a algumas atitudes, sentimentos e condutas comuns a todos os desempregados, parece-nos, todavia, que a duração do desemprego não elimina nem diminui a importância das variáveis demográficas e sociológicas que sugerem, desde logo, a existência de diferenças na maneira de viver o desemprego, mesmo durante períodos de tempo mais longos.

## **2. Breve contextualização do processo de encerramento da ECD e enquadramento institucional dos desempregados**

A 4 de Outubro de 1990, o Conselho de Ministros deliberou sobre o encerramento da Empresa Carbonífera do Douro, S. A. (ECD) — empresa encarregada da exploração da bacia carbonífera do Douro — marcando-o para 1994. Esta decisão já vinha sendo delineada há algum tempo, como se pode verificar no Despacho Conjunto de 2/11/1989 <sup>11</sup>, onde é nomeada uma Comissão Interministerial para analisar «os problemas da região carbonífera do Douro com o objectivo de encontrar soluções para resolução gradual e definitiva dos problemas decorrentes da actividade desenvolvida pela Empresa Carbonífera do Douro, S. A., competindo-lhe nomeadamente, propor as medidas a implementar ao nível dos vários departamentos governamentais, devidamente articulados, bem como os correspondentes apoios orçamentais».

A necessidade de constituição desta Comissão para estudar os problemas da região, decorrentes do futuro encerramento da ECD, fundamentou-se na constatação de que: *a)* a actividade carbonífera representava a principal fonte de emprego para a região; *b)* nos últimos anos, essa actividade passou a ser deficitária, tendo sido preciso conceder subsídios anuais à ECD; *c)* o esgotamento das reservas ou o desequilíbrio notório entre os valores dos subsídios e as vantagens da manutenção da actividade extractiva tornaria inevitável o encerramento.

No seguimento do trabalho desenvolvido por aquela Comissão, foi equacionado um plano para reduzir as consequências do encerramento da

---

<sup>11</sup> Cf. DR. II Série, n.º 290 de 19/12/89

exploração de carvão da ECD, plano esse que esteve na base da deliberação de 4 de Outubro de 1990 e que consistia, no fundamental, em desenvolver um conjunto de acções para reanimar toda a área de influência da ECD de modo a criar novos postos de trabalho e, assim, absorver a mão-de-obra disponibilizada pelo encerramento da empresa. Para tal e no âmbito de vários ministérios, preconiza-se o recurso a diversos instrumentos previstos no quadro comunitário de apoio, nomeadamente, o programa operacional para a região Norte e o programa comunitário RECHAR (Reconversão das Áreas de Mineração e Carvão).

A partir dessa data o Estado passa a subsidiar a empresa para cobrir o défice de exploração e a empresa, por seu turno, deve proceder à redução gradual de efectivos sem prejuízo do nível de produção. Para atingir tal objectivo, a administração da ECD socorreu-se das diversas situações legais, nomeadamente as definidas pela convenção celebrada entre o Estado Português e a CECA, para proceder à desvinculação dos trabalhadores por mútuo acordo.

Deste modo, a ECD passa a dispor da figura jurídica da pré-reforma para reduzir o pessoal ao seu serviço. Qualquer trabalhador do interior com 48 ou mais anos e qualquer trabalhador do exterior com mais de 50 anos poderiam requerer a pré-reforma, independentemente do tempo de trabalho na empresa <sup>12</sup>.

Além da pré-reforma, o programa de redução de efectivos estabelecia um esquema de indemnizações para as rescisões por mútuo acordo. Se o trabalhador rescindisse o contrato por mútuo acordo, a ECD acrescentava ao montante legal (um mês de salário por ano de antiguidade ou fracção) mais 2,6 meses de salário.

As prestações de subsídio de desemprego também foram revalorizadas, quer ao nível da duração, quer do montante. Ao cálculo efectuado para os desempregados em geral, foi acrescentado 20% de compensação CECA <sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Ao abrigo da legislação especial para trabalhadores de lavra subterrânea, as condições para se ter acesso à reforma eram ter-se 50 anos e, simultaneamente, 30 anos de trabalho no interior. Se, por exemplo, um trabalhador tivesse 28 anos de interior, só aos 52 poderia ser reformado, ou seja, por cada 2 anos de serviço, é reduzido um ano à idade da reforma.

<sup>13</sup> O valor do subsídio de desemprego resultava da média dos últimos seis meses — mais recentemente, com a alteração do regime nacional, passaram a contar para este cálculo os últimos doze meses — a multiplicar por 80%. Para esta média, não se incluía o último mês. No regime geral, são excluídos os dois últimos meses de trabalho e a média é multiplicada por 65%.

No entanto, esta compensação vigorava apenas nos primeiros 15 meses das prestações de subsídio (o tempo mínimo). As restantes obedeciam ao regime normal.

A duração das prestações dependia da idade. Assim, e a partir de 1992, quem tivesse idade até 35 anos beneficiava das prestações de subsídio de desemprego durante 15 meses; dos 35 aos 39 anos, 18 meses; dos 40 aos 45 anos, 21 meses; e dos 46 aos 49 anos, 24 meses. Para além destas medidas de gestão da saída dos trabalhadores, da criação de um parque industrial e melhorias das acessibilidades, foram também previstas acções visando a reconversão e requalificação profissional dos trabalhadores provenientes da ECD.

As acções de formação apoiadas pelo programa RECHAR consistiram na realização de cursos nas áreas de electricidade, carpintaria, canalizações, serralharia e metalomecânica<sup>14</sup> e tiveram início em Novembro de 1992.

A promoção e dinamização das acções estiveram a cargo da empresa com a colaboração da CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte), tendo como entidade coordenadora o IEFP. Neste âmbito, foi constituído um gabinete de apoio técnico à formação.

Os cursos decorreram nas instalações da ECD em horário pós-laboral. A hipótese de redução do horário de trabalho, que poderia eventualmente incentivar a frequência das acções de formação, foi considerada impraticável face às exigências e metas de produção. Importa mencionar ainda que os programas dos cursos foram elaborados na primeira fase pelo Centro de Emprego de Rio-Meão a partir de cursos semelhantes aí desenvolvidos, embora com adaptações à população em causa; que uma percentagem significativa e maioritária dos formadores eram trabalhadores da ECD com competência nas áreas dos cursos; que a elaboração dos programas dos cursos para a segunda e terceira fases ficou a cargo dos próprios formadores; que os cursos tinham uma duração média de 400 horas; e que os formandos, no final do curso, tiveram apenas um certificado de frequência.

A carga horária referida dista significativamente das exigidas por lei para configurar uma reconversão formal. Os constrangimentos temporais impostos ao processo parecem ser, mais uma vez, a razão por que não se alargou o tempo de duração das acções. Por outro lado, a reconversão só é legalmente reconhecida pelo Ministério de Emprego se for organizada directamente pelos centros de formação estatais ou protocolares. A formação ocor-

---

<sup>14</sup> Realizaram-se também outros cursos, como o de informática, mas não eram orientados nem foram frequentados pelos trabalhadores directos da produção.

rida na ECD não integra estes requisitos. Daí, os formandos receberem apenas um certificado de frequência <sup>15</sup>.

Embora este tivesse sido um dado considerado desde o início pelas entidades responsáveis e a reconversão não se dê de forma automática (apenas porque existe um diploma), não se pode deixar de sublinhar o peso que tem a posse de títulos e de diplomas na avaliação que os empregadores fazem da posição de um candidato ao emprego. Isto para já não falar da necessidade evidente de uma real reconversão dos trabalhadores mineiros através da aquisição de novas capacidades e competências por forma a estarem aptos a exercer actividades diferentes das que exerceram até ao momento. Ora, a posse de diploma traduz um valor acrescentado sobre a simples frequência de curso, não apenas em termos formais, mas também e quase sempre em termos reais.

O curso de soldadura, podendo ser considerado um módulo do curso de metalomecânica, constituiu uma excepção ao que se disse anteriormente. Tendo sido contratadas entidades formadoras externas, os formandos (cerca de 23) receberam diplomas emitidos pelo Ministério da Indústria e Energia e pelo Instituto de Soldadura, ficando habilitados oficialmente, pelo Ministério, a desenvolver trabalhos de instalação e soldadura de rede de gás e, pelo Instituto, a desenvolver trabalhos de soldadura *Ser, Mig e Mag, Tig*, etc. Este curso surgiu por proposta de trabalhadores e, curiosamente, é o mais valorizado pelos indivíduos que entrevistámos. Segundo as suas próprias palavras, «o único que valeu a pena».

Inicialmente, não estava contemplado qualquer subsídio de frequência da formação. Mas, face à não adesão dos trabalhadores, tal foi considerado necessário e colocado em prática.

Estas acções desenvolvidas mesmo antes do termo da actividade extractiva, portanto, antes do desemprego, integram-se, contudo, no conjunto de medidas institucionais elaboradas de forma a preparar o encerramento da ECD e, por isso, fazem parte do período transitório segundo a concepção de J. Rose <sup>16</sup>. Aliás, destinavam-se, como é óbvio, aos trabalhadores da ECD que num futuro próximo seriam colocados em situação de desemprego.

---

<sup>15</sup> Registe-se, no entanto, que para colmatar de alguma forma essa falha procurou-se saber da hipótese de realização de uma avaliação sumativa formal nos centros de formação que permitisse o reconhecimento institucional das capacidades que os formandos adquiriram. Esta informação foi-nos dada pelo gabinete de apoio técnico à formação.

<sup>16</sup> Cf. J. Rose — «Transition professionnelle et recomposition des statuts salariaux», in M. C. Villeval (Dir.) — *Mutations industrielles et salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, p. 263.

Com o encerramento definitivo da ECD em Dezembro de 1994, foram ainda accionadas outras medidas: indemnizações por diferença de salário, auxílios à mobilidade geográfica, ajuda a construção ou compra de habitação, entre outras.

Dentro da óptica de um encerramento programado, a ECD propõe aos seus trabalhadores, cerca de quatro meses antes da data prevista para o encerramento, a cessação dos seus contratos de trabalho por mútuo acordo, recebendo antecipadamente uma parte da indemnização, em condições idênticas às que vinham sendo praticadas na redução de efectivos desde Novembro de 1990. Assim, na data de assinatura do acordo antecipado de desvinculação, os trabalhadores receberiam 35% do valor total da indemnização se esta fosse igual ou superior a 1500 contos, e de 30% para as superiores a este valor.

Face à não aceitação desta proposta pela totalidade dos trabalhadores, a ECD procedeu, em 30 de Setembro de 1994, ao despedimento colectivo, comunicando tal decisão à Comissão de Trabalhadores e informando também das necessidades de manutenção de um contingente de trabalhadores para além da data de encerramento (durante os primeiros meses de 1995) para executar as tarefas inerentes à desactivação mineira previstas na legislação mineira, ambiental e fiscal.

Depois da comunicação inicial, seguiu-se o período de informações e negociação previsto no regime jurídico aprovado pelo Dec.-Lei n.º 64-A/89 de 27 de Fevereiro.

A negociação centrou-se sobre a melhoria das condições financeiras, nomeadamente, sobre o valor das indemnizações e prémios compensatórios, caso se assinasse o mútuo acordo. Das propostas e contrapropostas feitas, resultou um acordo de um acréscimo de 4 meses de salário-base sobre a indemnização legal (sujeito à condição de ser aceite pela quase totalidade dos trabalhadores. Só seria admissível a recusa até 15 trabalhadores). Os que não aderissem ao mútuo acordo receberiam apenas a indemnização legal devida pelo despedimento colectivo. À excepção de 4 trabalhadores, todos assinaram o mútuo acordo. Em 28 de Dezembro são-lhes pagas as indemnizações devidas.

O encerramento dar-se-ia no dia 30 de Dezembro de 1994, como estava programado, e de uma forma (esperava-se) pacífica, pois todos haviam assinado o mútuo acordo e recebido as indemnizações. No entanto, no dia 29 de Dezembro, um grupo de trabalhadores, ao ser avisado de que esse seria o último dia de trabalho não aceitou o facto. Depois de terem feito alguns distúrbios nos balneários, dirigiram-se para a entrada da mina para impedi-



rem os trabalhadores do turno seguinte de entrarem ao trabalho. Isso e o consequente corte da estrada que liga Castelo de Paiva a S.ta Maria da Feira marcam o início do "conflito laboral" no Pejão que se prolongou pelo mês de Janeiro de 1995 e inícios de Fevereiro de 1995.

Este conflito que se instalou no Pejão necessitaria de um estudo mais profundo que não cabe no âmbito deste trabalho. Face aos objectivos do nosso estudo, importa-nos principalmente notar as alterações ocorridas como consequência das negociações efectuadas entre a Comissão Coordenadora da Luta (CCL) [ou Comissão Representativa dos Trabalhadores], que entretanto se criou, e o governo por intermédio da ECD e do governador civil de Aveiro.

Deste modo, a grande mudança ocorrida (que os elementos da CCL consideram a sua grande "vitória") foi a antecipação da idade da reforma para 45 e 50 anos feitos até à data de encerramento, respectivamente, para os trabalhadores do interior e do exterior. Posteriormente, o prazo de acesso à reforma antecipada foi alargado por 6 meses, isto é, todos os trabalhadores que até 30 de Junho de 1995 perfizessem aquelas idades eram abrangidos por este regime especial de reformas<sup>17</sup>.

Naturalmente, nem todos os trabalhadores que cessaram os seus contratos de trabalho se encontravam nessa situação. Contudo, era significativo o número daqueles que tinham no mínimo 15 anos de antiguidade (cerca de 190 trabalhadores). Face a este facto, a CCL propôs que estes fossem também abrangidos por aquele regime de reforma logo que completassem as idades aí referidas, o que não foi aceite pela ECD.

Foram também reivindicadas compensações financeiras para serem distribuídas pelos restantes trabalhadores, bem como uma compensação especial para os trabalhadores sinistrados (acesso a créditos bonificados e a fundo perdido para criarem o próprio emprego), em ambos os casos recusados, embora se tenha vindo a verificar que isso foi posteriormente debatido entre a ECD e o governo, sem conclusões conhecidas.

O recebimento de mais um mês de salário-base a acrescentar às indemnizações já pagas — com excepção dos trabalhadores que tivessem sido

---

<sup>17</sup> Os restantes trabalhadores serão reformados ao abrigo do regime especial para mineiros, independentemente do encerramento da ECD. Por exemplo, um trabalhador que à data de saída da empresa tivesse 44 anos e 22 de trabalho no interior na mina, beneficia das prestações de subsídio de desemprego durante 21 meses; este tempo, juntamente com o período de subsídio social de desemprego, faz com que o trabalhador atinja os 46 anos de idade. Deste modo, aos 52 anos, pode requerer a reforma por velhice.

abrangidos pela antecipação da idade da reforma — foi uma regalia também conseguida. A indemnização passou, assim, a ser constituída no total por um mês de salário-base por ano ou fracção, mais cinco meses de salário.

Para além destas "conquistas" de amortecimento dos custos sociais, conseguiu-se um compromisso em termos de medidas de desenvolvimento regional: aprovação da construção da Zona Industrial de Lavagueiras (junto ao Couto Mineiro do Pejão) e a construção da variante à Estrada Nacional n.º 222 entre Castelo de Paiva e Santa Maria da Feira, com prioridade para o troço ponte do Inha/ ponte do Arda.

### 3. Efeitos psicológicos e sociais do desemprego

O encerramento da ECD não deixou ninguém indiferente. Não tendo sido propriamente inesperado, constituiu, de qualquer modo, um "choque", uma ruptura de um vínculo secular com a empresa e a actividade mineira. Durante décadas consecutivas, as famílias do Couto Mineiro do Pejão encontraram na exploração mineira o seu meio de subsistência e a sua principal fonte de rendimento<sup>18</sup>.

Desde a sua exploração e ao longo do tempo foram surgindo, em alguns momentos, ameaças de encerramento da exploração mineira, o que colocaria em risco a sobrevivência quotidiana dos trabalhadores e das suas famílias. Mas as ameaças não passaram disso mesmo. Apesar de algumas crises, a mina resistiu e os mineiros continuaram a ter aí a garantia da sua sobrevivência.

Em dezembro de 1994 o sentimento de incredulidade invadiu, por isso, alguns trabalhadores. Embora conhecessem a Deliberação do Conselho de Ministros de 4 de Outubro de 1990, onde se decretou o encerramento da ECD, a percepção subjectiva de que ela ia encerrar definitivamente só aconteceu para alguns no exacto momento em que perceberam que, no dia seguinte, deixariam de ter emprego. Até aí alimentavam, no seu íntimo, a esperança de a empresa não encerrar. Por conseguinte, os sentimentos de incredulidade, de não aceitação e de alguma nostalgia adquirem uma forte expressividade, como nos ilustra o testemunho seguinte: *"Até ao último dia não me convencia que ela fechava. Nos primeiros meses parece que ainda*

---

<sup>18</sup> Importa igualmente realçar os efeitos culturais decorrentes da implementação duradoira da indústria extractiva no espaço. A cultura local e profissional são fortemente marcadas por esta actividade e pelas dinâmicas empresariais a ela associadas.

*custava a acreditar, dava para pensar constantemente. Ainda hoje me lembro e penso como é que aquilo estará.»* (Escolhedor de carvão, 48 anos, 28 anos de antiguidade).

O sentimento de perda do emprego estável é massivamente partilhado, mesmo por aqueles que consideram existir algumas vantagens no encerramento da empresa, como por exemplo, a certeza de que "não estragariam completamente a sua saúde, nem iriam morrer ali" {«*Por um lado, senti-me contente, porque estava lá a condenar a saúde; por outro, preocupado e angustiado por não ter emprego.»*}

Este duplo sentimento, só aparentemente contraditório, é vivenciado sobretudo pelos desempregados mais jovens que tendem a declarar: «*no início senti-me bem. Foi gozar umas férias. Mas sei que não vai ser nada bom*». Contudo, este tipo de vivência da perda do emprego é minoritário, pois a angústia e a desolação são os sentimentos que dominam a maior parte dos desempregados. Uns porque, com idades e antiguidades relativamente elevadas, não acederam à reforma antecipada, notando-se, nestes indivíduos, um acentuado sentimento de desgosto que os leva a considerar, momentaneamente, inútil o trabalho que realizaram e os descontos que tiveram de efectuar durante tantos anos: «*andámos lá tanto tempo a descontar para nada. Se a mina durasse mais uns anitos, saía de lá muita gente com a reforma merecida*».

Ao sentimento de inutilidade, junta-se a amargura e a revolta por se sentirem vítimas de uma injustiça: o facto de não terem sido contemplados, nalguns casos apenas por escasso tempo, pela medida que estabeleceu a reforma antecipada para os indivíduos que, à altura do encerramento, tivessem 45 ou 50 anos, conforme se tratasse do interior ou do exterior da mina respectivamente. Com efeito, enquanto que alguns acederam à reforma pelo facto de terem a idade estabelecida mesmo com baixas antiguidades, outros há com 20 e mais anos de trabalho e com idades muito próximas da determinada que não conseguiram obtê-la. Esta situação tem conduzido ao desenvolvimento, por parte destes últimos, de atitudes hostis relativamente àqueles.

Mas, os mesmos sentimentos de angústia e desolação estão também presentes em desempregados relativamente jovens, neste caso porque constatam que sem o emprego será extremamente difícil concretizar os seus projectos: «*Tinha acabado de casar. Fiquei cheio de incerteza quanto ao futuro.*» (Escombreiro, 30 anos; 5 na ECD); «*Em questão de planos e investimentos, a vida acabou por ali. Não se pode fazer projectos.*» (Escombreiro, 39 anos; 14 na ECD)

Mesmo aqueles que declaram estar resignados com o facto, expressam sentimentos de tristeza e receio do futuro:

*«Senti-me resignado, porque já contava que a empresa ia fechar e sabia que ia enfrentar grandes dificuldades; e triste, porque era um trabalho aqui perto... Já estava habituado. Foi uma reviravolta de cem por cento.»* (Escombreiro, 34 anos; 6 na ECD)

*«Senti-me triste, porque não tinha emprego em mais lado nenhum.»* (Mineiro de 1.<sup>a</sup>, 34 anos; 10 na ECD)

Outros há que colocam o acento nas "regalias" que beneficiavam enquanto trabalhadores da ECD e que não esperam encontrar noutro emprego: *«Nunca mais terei um emprego como aquele.»* (Serralheiro, 44 anos; 29 na ECD);

*«Patrão como aquele nunca mais encontramos.»* (Mineiro de 2.<sup>a</sup>, 27 anos; 6 anos e meio na ECD)

Com o passar do tempo as reacções à perda do emprego bem como as vivências quotidianas tendem a modificar-se. Os desempregados mais jovens, com pouca antiguidade na ECD e com experiências de trabalho anteriores, adoptam atitudes e comportamentos iniciais muito próximos do "desemprego invertido", mas à medida que o tempo avança tendem a desenvolver procedimentos e estratégias para se reinserirem no mercado de trabalho. Apesar de valorizarem o tempo de não trabalho, fazendo-o equivaler a uma "férias bem merecidas", estes homens definem-se principalmente como trabalhadores e, por isso, se o desemprego se prolongasse involuntariamente no tempo, é bastante provável que passassem a viver uma situação de "desemprego--doença"<sup>19</sup>.

Na realidade, o modo "invertido" de viver o desemprego nos primeiros tempos é possível, na medida em que a situação é percebida como relativamente controlável: a garantia, por um tempo determinado, do subsídio de desemprego permite-lhes gerir e, de algum modo, prever o melhor momento e oportunidade para mobilizarem estratégias de reinserção profissional. Outros aspectos, tais como a idade, a experiência profissional, a auto-conflança nas suas capacidades e nos seus relacionamentos podem ser

---

<sup>19</sup> Cf. Jacques Le Mouél — «Le chômage des jeunes...», pp. 163-172. 266

igualmente factores explicativos dessa "descontracção" inicial. Consequentemente, os primeiros tempos de desemprego são vividos de forma positiva, assumindo-os, em certa medida, como uma "libertação" de um trabalho penoso ou como uma oportunidade de realizar outros projectos pessoais <sup>20</sup>.

Todavia, nos indivíduos que permanecem desempregados já depois de o subsídio de desemprego ter terminado, raramente se encontram atitudes do tipo de desemprego invertido, porque o risco de não conseguirem resolver o problema de emprego aumenta, tal como se agrava o receio dos efeitos desestabilizantes, tanto materiais como psicológicos, do desemprego.

Para muitos outros, porém, o desemprego é vivido, desde os primeiros tempos, de forma negativa ou "total"<sup>21</sup>. Os sentimentos de angústia, desolação e incerteza quanto ao futuro sobrepõem-se, neste caso, a quaisquer outros aspectos eventualmente positivos do desemprego, tais como o acesso aos lazeres, os passeios e a disponibilidade de tempo. Estes desempregados não conseguem vislumbrar quaisquer vantagens no facto de estarem nessa situação. O modo sofrido de viver o desemprego tende a repercutir-se no estado de saúde dos desempregados. Esta é uma realidade visível, quer ao nível das representações — 74% dos inquiridos consideram que o facto de se estar desempregado influencia a saúde das pessoas — quer ao nível das vivências pessoais concretas. As perturbações do sistema nervoso e psicológicas são os problemas mais apontados, recobrando um conjunto diferenciado de situações que vão desde a irritação e o aborrecimento até à depressão e ao desespero.

Se estas consequências atingem de forma geral todos os desempregados, o seu grau de gravidade varia consoante a posição em que cada um se encontra relativamente a um vasto conjunto de factores, como por exemplo, o nível de rendimentos do agregado e a situação familiar.

*«Porque um homem parado, sem trabalho é uma pessoa que não convive, não ganha e sente-se desesperado para manter a família e para ter que comer.»* (Arreador sinaleiro, 40 anos; 14 anos na ECD)

*«Como fica um pai que tem dois filhos a estudar e a esposa também desempregada? É normal que as preocupações redobrem.»*  
(Mineiro l.<sup>a</sup>, 44 anos 15 na ECD)

---

<sup>20</sup> Projectos como a construção de casa própria, cuidar dos filhos, entre outros.

<sup>21</sup> Cf. Dominique Schnapper — *Uépreuve du chômage*, Paris, Gallimard, 1981.

O exercício prolongado da mesma profissão e na mesma empresa e a idade elevada, constituem também factores de vulnerabilidade a uma vivência negativa do desemprego:

*«Quando pessoas, como eu que já tenho 48 anos, e não têm emprego ou qualquer reforma, as dores de cabeça são muitas e as preocupações são cada vez mais.»* (Arreador sinaleiro, 48 anos; 30 na ECD)

De igual modo, o grau de doença profissional, normalmente expresso na atribuição de determinada percentagem de incapacidade, é um elemento que agrava as consequências do desemprego e o estado psicológico dos desempregados:

*«Os nervos apoderam-se de mim. Não sabia o que seria da minha vida com uma incapacidade de 34 por cento... Tive um esgotamento. Sempre disse isso quando estava empregado: "Muitos vão ficar tolos da cabeça, o organismo vai sentir-se por todos os lados". E aconteceu.»* (Escombreiro, 35 anos; 13 na ECD)

Para além dos problemas psicológicos, são referidos outros modos de o desemprego influenciar o estado de saúde, nomeadamente, através da desestabilização que provoca e dos maus hábitos que se tendem a criar. No primeiro caso, são identificadas situações de falta de equilíbrio, de desorganização da vida, de perda do ritmo diário "normal", enquanto que no segundo se faz referência à "preguiça" provocada pela inactividade, à habituação a uma situação de "malandrice", ao fumar, beber e dormir em demasia e à falta de exercício físico.

Ainda que de modo pouco significativo, são citados também problemas de solidão, de perda de auto-estima, de desintegração social e problemas físicos de saúde, estes últimos sempre associados, quer aos problemas psicológicos, quer aos maus hábitos. Estas opiniões derivam geralmente de experiências pessoais.

Outra das consequências negativas do desemprego apontada pelos entrevistados é o aumento de conflitos familiares. De facto, o desemprego pode provocar a degradação ou mesmo a ruptura dos laços conjugais e familiares. Isto é tanto mais provável quanto maior é o sentimento de perda da dignidade pessoal do desempregado e, por conseguinte, de fechamento em si e de restrição dos seus contactos.

Por outro lado, o desemprego pode eventualmente ampliar e agravar outros problemas de ordem relacional e afectiva, sobretudo quando se pro-

longa no tempo. Durante o decorrer da pesquisa empírica tivemos oportunidade de contactar de perto com um caso flagrante a este respeito. Trata-se de um indivíduo de 44 anos, com uma situação anterior ao desemprego bastante problemática, pautada por permanentes conflitos familiares onde o excesso de álcool, os ciúmes e a violência se conjugavam simultaneamente como causas e manifestações desses mesmos conflitos. Após o desemprego, a situação agravou-se, conduzindo à ruptura conjugal. Actualmente encontra-se desempregado, a viver sozinho e embrenhado na bebida.

Pudemos também verificar que o questionamento do estatuto do desempregado no seio da família acontece de forma mais marcante nas famílias cuja representação do papel do homem/ marido está associada à imagem de um "chefe" que deve zelar e garantir o sustento de todos os seus membros. Nestes casos, o sentimento pessoal de inutilidade é muito forte, e toma-se ainda mais grave quando existe a percepção de que os familiares, principalmente a esposa, tem sobre si a mesma opinião. Este desempregado, por exemplo, diz-nos ouvir constantemente da sua esposa: *«vai trabalhar que eu também ando [a trabalhar]»*. O facto de muitas mulheres destes trabalhadores se encontrarem empregadas parece contribuir para um aumento das pressões em relação aos maridos, o que provoca geralmente grandes conflitos:

*«Não tenho nenhum apoio por parte da mulher. Está sempre contra mim. O salário dela é para os gastos dela.»* (Mineiro principal, 41 anos; 20 anos na ECD)

Todavia, sobre os conflitos familiares, a grande parte dos entrevistados não adianta pormenores. Referem-se de um modo geral a discussões constantes, devido às preocupações em arranjar emprego e à incerteza e angústia em relação ao futuro. Outros há, que mencionam a dificuldade em gerir o rendimento de acordo com as necessidades familiares, associando assim, de forma mais precisa, os conflitos familiares às dificuldades financeiras. Significativo também é o número daqueles que tendem a colocar em si a culpa de todos os problemas na família. A instabilidade psicológica conduz a atitudes e comportamentos ríspidos e nervosos face aos outros membros da família:

*«Tudo me chateia e aborrece... As vezes, trato mal a mulher e os filhos sem eles terem culpa.»* (Mineiro de 1.<sup>a</sup>, 39 anos; 15 anos na ECD)

Relativamente às consequências do desemprego sobre a família, podemos ainda concluir com base na análise realizada que a incerteza quanto ao

futuro e a conseqüente insegurança económica tendem a provocar um adiamento na formação da sua própria família. Com efeito, alguns casais adiam o projecto de ter um filho porque a situação actual não lhes garante poderem proporcionar-lhes aquilo que pretendem.

#### **4. Representações do trabalho e do desemprego**

A diversidade de reacções e vivências do desemprego, por parte dos indivíduos, tem na sua base diferentes representações de si no desemprego e diferentes representações sociais do trabalho. De uma forma geral, verifica-se que não existe uma única representação social do desemprego e muito menos a formação de uma identidade do grupo dos desempregados.

As representações do desemprego são diversificadas, quer no que concerne à experiência pessoal do desempregado, quer à percepção que este tem do fenómeno. As vivências e comportamentos dos desempregados fazem sobressair, acentuando até, as diferenças sociais e profissionais dos indivíduos.

Com efeito, constatamos que existe uma distinção entre aquilo que consideram ser a opinião pública e as convicções pessoais, o que nos é dado confirmar pelo seguinte: 23% dos inquiridos declara que os outros definem o desempregado como uma pessoa que não quer trabalhar, enquanto que apenas uma ínfima percentagem (3,6%) tem essa opinião pessoal. Por outro lado, 30,7% tende a ver o desempregado como uma pessoa que dificilmente encontrará um emprego estável, 27,2% considera-o uma vítima da crise e 26,5% define-o como uma pessoa que quer trabalhar, procura, mas não encontra emprego, o que revela uma consciencialização das dificuldades de reinserção profissional que se lhes colocam.

É de assinalar também que apenas 30% dos indivíduos optam pela expressão "desempregado" para se definirem. Dos restantes, 20,6% consideram-se trabalhadores despedidos; 13%, trabalhadores privados de emprego; 14,3%, procuradores de emprego; e 13,7%, dependentes da assistência social. Há ainda alguns que combinam mais do que uma expressão para se definirem.

Estes resultados não podem ser dissociados do processo específico que conduziu estes trabalhadores ao desemprego. Com efeito, apesar de terem saído por mútuo acordo, pode dizer-se que foram involuntariamente colocados no desemprego, o que faz com que se sintam sobretudo "vítimas" da situação em que se encontram. Mas, por outro lado, podem ser lidos como



indicadores da importância que o trabalho e o emprego continuam a desempenhar no tempo de desemprego.

É de realçar, todavia, que a valorização do trabalho se expressa, sobretudo, por intermédio do salário que lhe está associado. O principal inconveniente da situação de desemprego prende-se, para a quase totalidade dos inquiridos, com a perda do salário e com a insegurança económica daí decorrente. A remuneração é, igualmente, de entre os aspectos relacionados com o trabalho na ECD, aquele de que mais falta sentem e o aspecto determinante para decidirem aceitar ou não um eventual emprego que surgisse.

Nota-se deste modo que, para além da percepção do trabalho como fonte de dignidade e de estima por parte dos outros, ele é valorizado sobretudo pela sua função instrumental. Esta é apenas suplantada pela família, como nos permite observar o quadro seguinte. Com efeito, se nos debruçarmos sobre a importância comparativa do trabalho, família, amigos e tempo livre, concluímos que a família é colocada mais vezes em primeiro lugar do que qualquer uma das outras dimensões. Quando não é esse o caso, ela aparece logo imediatamente a seguir ao trabalho. Apenas 22 indivíduos colocam o trabalho em primeiro lugar, por ordem de importância.

**QUADRO 1 — Importância comparativa do trabalho, família, amigos e tempo livre**

<i>Trabalho</i>	<i>Ordem de valorização</i>							
	2°	1°	3°	4°	3°	4°	L°	
<i>Amigos</i>	3°	3°	2°	3.°	2. 2° 4	2° 1°	3°	
<i>Família</i>	1°	2°	7.°	2°	L°	7.° 2°	4°	
<i>Tempo livre</i>	4.°	4.°	4.°	7.°	4. 3° 2	1° 7.°	2°	
<i>N.° de indivíduos</i>	71	21	15	4	1 2 /	5 1	/	
					18	6		

**Fonte:** Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

A sequência que obtém maior consenso (71 indivíduos) é a que coloca as dimensões pela seguinte ordem: 1.°) família; 2.°) trabalho; 3.°) amigos; 4.°) tempo livre. É, portanto, a família e não o trabalho que ocupa o lugar mais importante na escala de valores destes indivíduos. O trabalho representa, fundamentalmente, um meio mediante o qual se podem atingir outros objectivos. O seu valor intrínseco é praticamente inexistente.

É curioso notar, noutro registo, o quanto a função instrumental do trabalho assume um papel fundamental na vida de cada um. A avaliação subjectiva que fazem da sua vida num dado momento é maioritariamente realizada por referência à sua situação material, à existência ou não de recursos económicos. 55% dos inquiridos afirma não ter alterado o seu modo de vida após o desemprego pelo facto de, até ao momento, não terem tido dificuldades financeiras (*«o fundo de desemprego era bom. Dava para satisfazer os vícios e as necessidades»; «por enquanto ainda não mudei, ainda estou "calçado" [tem rendimentos]»*), ao contrário de 41% que declara ter mudado a maneira de viver devido às dificuldades financeiras entretanto surgidas. Daqui ressalta o quanto a necessidade ligada à sobrevivência está na base da construção das suas identidades sócio-profissionais.

Uma representação predominante do desempregado é a que o identifica com uma pessoa susceptível de criar novos hábitos. 50% do total dos inquiridos concorda que "as pessoas no desemprego acabam por criar novos hábitos", 35% concorda, mas apenas em parte e somente 14,5% não concorda com essa ideia.

Os novos hábitos referem-se a dois principais conjuntos de questões: um refere-se aos "maus hábitos" e inclui práticas consideradas socialmente reprováveis, tais como a frequência de cafés de forma recorrente, o consumo excessivo de álcool e tabaco e o consumo de drogas; um outro enquadra-se no que denominamos de "desabituação de trabalhar" e que aponta para o culto da "mandrince" e da "preguiça" e para a desadaptação ao ritmo do trabalho. Verifica-se a este respeito uma tendência de alguns indivíduos distinguirem o tipo de hábitos em função da idade e do estado civil. Aos mais jovens associam o consumo de álcool, tabaco, drogas e a presença permanente nos cafés, e aos mais velhos, a desabituação do trabalho. Por sua vez, os solteiros estariam mais expostos e vulneráveis a criação de maus hábitos, enquanto que os casados, sendo supostamente pessoas mais responsáveis, procurariam ocupar-se em actividades reconhecidas como mais positivas, tais como a caça e a pesca.

## **5. Rendimentos e condições de vida**

Uma consequência evidente do desemprego é a perda de um rendimento regular. Com base neste facto tende-se geralmente a considerar que o nível de vida diminui quando se está sem emprego e essa diminuição manifestar-se-ia na supressão de lazeres, na redução das despesas com o vestuário, com a saúde, com a educação dos filhos e até com a alimentação.

Porém, as consequências em termos de rendimentos devem, quanto a nós, ser relativizadas. É verdade que a privação de emprego acarreta sempre uma redução do rendimento até aí auferido, o que pode implicar dificuldades de vária ordem, mas também é consensual que esse facto não atinge todos os desempregados da mesma forma e que as suas consequências são mais ou menos graves consoante uma multiplicidade de factores e consoante as épocas e as sociedades.

Durante a grande depressão dos anos trinta, a miséria material caracterizava, sem dúvida, a vida dos desempregados e, por arrastamento, surgiram os problemas psicológicos e sociais. Hoje, embora não sendo os sistemas de protecção ao desemprego iguais em toda a Europa, nem na duração nem no montante atribuído, os desempregados beneficiam, em geral, de uma ajuda financeira que atenua, em parte, as dificuldades que a ausência do rendimento do salário tende a provocar no quotidiano dos indivíduos. Apesar disso, o desemprego não deixa de ter implicações, quer financeiras quer de outra ordem, na vida dos desempregados, porque, de facto, na maioria dos casos, a ajuda estatal não cobre nem substitui o total de rendimento gerado pelo salário, para além de o emprego desempenhar outras funções que não apenas a instrumental.

### *5.1. Uma relativa diversificação das fontes de rendimento*

No caso dos desempregados da ECD, cobertos por um plano social que acompanhou o encerramento, o subsídio de desemprego auferido é, como já vimos, relativamente vantajoso se comparado com o que normalmente um desempregado recebe.

Essa vantagem traduziu-se não apenas no valor mensal atribuído, como também na sua duração. O aumento de tempo de duração está estritamente relacionado com o reconhecimento pelo Estado da especificidade do sector mineiro, sobretudo no que respeita aos trabalhadores do interior ou de lavra subterrânea, e das actividades de apoio no interior, cujas condições em que se desenvolvem acarretam um prematuro e maior desgaste do trabalhador.

Quanto ao montante relativamente elevado do subsídio de desemprego, ele resultou, por um lado, do facto de o salário auferido por um operário da indústria mineira ser superior ao salário de um operário de outra qualquer indústria, por outro lado, pela razão de a este valor ter sido acrescentado um complemento da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), o que fez com que algumas categorias de trabalhadores beneficiassem de um subsídio de desemprego mensal bastante superior ao seu antigo salário.

A existência desse subsídio excepcional evitaria, desde logo, se outros rendimentos não existissem, quebras bruscas de recursos e situações imediatas de miséria. O subsídio de desemprego era tão satisfatório para alguns, que não hesitam em declarar estarem a receber "ainda mais do que quando trabalhavam, e sem trabalhar". Para além disso, o subsídio de desemprego não constitui, para grande parte dos indivíduos, a única fonte de rendimento. Às indemnizações juntam-se outras possibilidades de obter rendimentos, nomeadamente através da agricultura e das actividades informais.

A pequena agricultura familiar contribui, com efeito, para amortecer os custos do desemprego. Tal como a nível nacional tem conduzido a uma relativa pulverização dos conflitos entre capital e trabalho e tem sido fonte de um rendimento complementar das famílias operárias, a pequena agricultura familiar aparece, em tempo de desemprego, como actividade que atenua as consequências económicas negativas que seriam previsíveis face à ausência de salário.

Apesar de apenas 24% dos inquiridos assumir a pequena agricultura familiar como uma fonte de rendimento, sabemos que praticamente todos se dedicam, de uma forma mais ou menos intensa, à agricultura de nível familiar, como estratégia de diversificação das fontes de rendimento <sup>22</sup>.

Pequenos e grandes biscates não declarados são outra importante fonte de rendimento para 33% da nossa população, sendo entendidos como uma oportunidade de se "ganhar dois salários". São "trabalhos que aparecem" e "que sabem fazer". Muitos deles na construção civil ou na agricultura, outros na área das canalizações, soldadura e electricidade, ou ainda em actividades ligadas à mecânica de automóvel.

Na região, o sector da construção civil e as actividades agrícolas sazonais oferecem, no momento, oportunidades que quase todos aproveitam. Nalguns casos, trata-se apenas de actividades descontínuas, modestamente remuneradas onde a reciprocidade e a troca predominam: ajuda-se o vizinho na construção da sua casa ou noutra trabalho. Passa-se muito entre familiares e conhecidos e define-se como «*um braço que se dá a um familiar ou a um vizinho*»; não tem um fim em si. Noutros casos porém, trata-se de um trabalho relativamente regular, bem pago, com muitas horas de trabalho,

---

<sup>22</sup> José Reis e Pedro Hespanha têm vindo a evidenciar, nos seus estudos, a complementaridade existente entre a pequena agricultura familiar e o trabalho assalariado nas famílias semi-proletárias como estratégias de diversificação das suas fontes de rendimento — cf. José Reis — «Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura - Para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, 1985; Pedro Hespanha — «A pequena agricultura, o preço de terra e as políticas fundiárias», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, pp. 467-496.

vivido como um verdadeiro emprego, apesar de não se descontar e de, por vezes, se "saltar" de uns trabalhos para outros.

Para a inserção neste tipo de actividades é fundamental a existência de uma rede de relações informais, de conhecimentos e de parentesco, bem como de alguma experiência profissional. A presença destes factores é bastante visível no caso da construção civil <sup>23</sup>.

É bastante difícil verificar a exactidão das declarações dos entrevistados sobre o trabalho informal, mas as informações adicionais que procurámos junto de presidentes de juntas de freguesia, proprietários de estabelecimentos públicos, familiares de trabalhadores e os elementos reunidos através das observações que efectuámos conduzem-nos a sustentar a ideia de uma forte presença do trabalho informal na nossa amostra e nos desempregados da ECD, em geral.

Todavia, não podemos deixar de registar que no contacto pessoal com os trabalhadores, alguns mostraram-se moralmente adversos a essa atitude; outros, com o receio de denúncias, ou com sentimento de culpa, não se atreveram a trabalhar durante o período de subsídio de desemprego. Não querem arriscar, pois podem *«perder as duas coisas e também o subsídio de desemprego sempre dá mais»*.

A presença de outro emprego e consequente salário na família tem também uma importância significativa: 47% dos entrevistados pode contar com o salário da actividade profissional do cônjuge, embora nem todos o consideram uma fonte de rendimento.

A significativa percentagem de mulheres de ex-trabalhadores da ECD a exercerem trabalho assalariado <sup>24</sup> é expressiva da tendência da inserção

---

<sup>23</sup> Sabe-se como neste sector, mais que em qualquer outro, a mão-de-obra é maioritariamente recrutada por intermédio de redes informais. É o que aqui se passa: vai-se trabalhar para onde já trabalha um amigo ou o irmão que falou com o sub-empregado; arranjou-se trabalho, porque se conhece o sub-empregado; o irmão ou outros familiares falaram com o patrão; consegue-se trabalho, porque já se tem experiência, já antes se dedicava à actividade; trabalha-se uns dias, um mês ou dois meses numa obra, está-se um tempo sem trabalhar até um amigo ou familiar arranjar novamente um trabalho numa outra obra.

<sup>24</sup> As mulheres assalariadas concentram-se nas profissões do sector do calçado, no têxtil e no mobiliário, e ainda, de forma significativa, na função pública. A maior parte trabalha no concelho de Castelo de Paiva (77%), distribuídas, essencialmente, pelas freguesias de Raiva, Pedrido e Sobrado (sede do concelho). As restantes trabalham na parte sul da área industrial envolvente à cidade do Porto: Vila Nova de Gaia, Vila da Feira, Carvalhos e S. João da Madeira.

Estes dados, ainda que apenas referidos às mulheres dos ex-trabalhadores da ECD e quantitativamente restritos à nossa amostra, são expressivos das mais recentes evolu-

das mulheres no mundo do trabalho e do progressivo aumento da taxa de actividade feminina, verificados na região, sobretudo desde os finais dos anos oitenta. Se atentarmos na antiguidade na profissão, observamos que mais de metade começou a trabalhar a partir de 1990<sup>25</sup>. As restantes iniciaram o seu percurso profissional a partir sobretudo de 1987.

Por outro lado, 30% são consideradas domésticas, o que não significa que a esta actividade não estejam associadas formas de rendimento. Com efeito, as funções destas mulheres não se limitam à realização dos trabalhos domésticos, estendem-se à criação de gado, às actividades agrícolas, ao cuidar das crianças e dos mais idosos, etc. A imagem da mulher doméstica é, neste espaço social, a de uma pessoa que se encontra entre a casa e o campo. Neste último, às vezes, trabalha sozinha; outras vezes, com o marido e outros familiares. Sabe-se, como é importante o peso do sector primário no emprego feminino em Portugal embora também não se ignore que, em grande parte ele não corresponde a trabalho assalariado<sup>26</sup>.

Além disso, muitas destas mulheres domésticas procuram simultaneamente fontes de rendimento complementares através da realização de trabalhos de limpeza e de trabalhos ao domicílio, em particular nas actividades de "coser sapatos" e "desfiar meias". Estas actividades de trabalho ao domicílio têm tido um grande desenvolvimento na região e são uma fonte de rendimento, a juntar ao subsídio de desemprego ou ao salário do marido, se eventualmente este se encontra a trabalhar.

Face a este cenário, mais do que a necessidade de redução de despesas, assiste-se a uma certa contenção e à preocupação em gerir da melhor forma os recursos económicos disponíveis. Todavia, os domínios mais afectados são os das actividades de tempos livres e de lazer, nomeadamente os "passeios de automóvel". Além deste, são mencionadas ainda restrições na aquisição de vestuário e no consumo de tabaco.

---

coes do sistema produtivo local, se bem que estejam também ligados à tendência geral de aumento da taxa de actividade feminina observada na sociedade portuguesa.

A instalação, na região, de unidades produtivas do sector do calçado, nomeadamente uma grande fábrica na sede do concelho e outra na freguesia de Raiva, bem como mais recentemente uma empresa do sector do mobiliário na freguesia de Pedorido, que recrutam preferencialmente mão-de-obra feminina, veio incitar e/ou dar resposta aos anseios e necessidades de algumas mulheres que encontraram aí um emprego e uma forma de terem um rendimento alternativo e/ou complementar ao do marido.

<sup>25</sup> O que pode estar ligado ao anúncio do encerramento da ECD, que aconteceu neste ano.

<sup>26</sup> Cf. Virgínia Ferreira — «Padrões de segregação das mulheres no emprego — uma análise do caso português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal Um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 233-257.

## 5.2. *Repercussões nos projectos pessoais*

Relativamente aos projectos pessoais, constatamos que alguns indivíduos viram-se privados de realizar, tiveram de suspender ou adiar projectos importantes ao passo que outros encontraram a oportunidade para concretizarem os seus. Deste modo, nos 112 indivíduos cuja situação de desemprego interferiu com a prossecução dos seus projectos de vida, em 60% de casos são os objectivos ligados à aquisição ou manutenção de casa própria (compra, construção, reparação,...) que são atingidos.

No entanto, não se pode dizer que adiar ou suspender projectos de construção ou remodelação da casa seja um facto observável naquele preciso momento em que os entrevistados o declararam e que seja imediatamente concretizado. Isto é, não se trata de suspender imediata e irreversivelmente a construção de casa própria ou a compra de mobília. Houve, sim, que alterar os planos gerindo a situação conforme as circunstâncias pessoais e familiares. Excepto num ou noutro caso, em que fica quase impossibilitada a hipótese de compra de terreno e/ou de início de construção, não existem situações de verdadeiro abandono dos projectos que já se haviam iniciado. As estratégias mobilizadas para tomar conta da situação é que são diversas. Enquanto uns fazem uso do dinheiro das indemnizações para terminar as obras e assim poderem habitar a sua casa, outros preferem reservar o dinheiro das indemnizações para tempos mais difíceis e suspender temporariamente a construção de casa até conseguirem uma situação mais estável e segura em termos de rendimento.

Muitos aproveitam o tempo do desemprego para irem construindo eles próprios a casa, com a ajuda de familiares e amigos e com a presença, sempre que necessário, de uma pessoa mais "conhecedora" do assunto. Mas são vários os trabalhadores que têm já alguma experiência nestas actividades e, por isso, é-lhes relativamente fácil executar os trabalhos; e se porventura tal não acontece, há sempre um antigo colega ou amigo que não recusa "dar-lhes uma mão". São, de facto, muitos os que neste período se dedicam às actividades de construção, quer de casa própria, quer trabalhando para outros como assalariados intermitentes.

Ainda dentro do que poderíamos designar como projectos económicos, é significativa a percentagem dos que declaram não poder gozar férias e viajar (32%). Passa-se a maior parte do tempo em casa, com a família, e os passeios domingueiros são, agora, menos frequentes.

A compra de automóvel ou de novo automóvel constitui outro projecto não realizável para 21,5% dos nossos entrevistados, como consequência da perda do emprego na ECD.

Os projectos relacionados com a aquisição de casa e de automóvel, sendo os de maior vulto económico e também os mais citados, não são, porém, os que suscitam junto dos desempregados maiores preocupações. Por vezes, o maior projecto dos pais está centrado nos filhos. É por isso que, com o desemprego, surge a angústia de esse poder tornar-se um projecto irrealizável. A este propósito, recordamo-nos especialmente de um entrevistado para quem o centro de preocupações era a filha que estava no primeiro ano da faculdade. A continuação dos seus estudos não estava agora totalmente assegurada. Durante todo o tempo em que conversámos, a filha era a sua principal referência, a sua grande preocupação, pólo principal dos seus projectos.

Alguns tiveram mesmo necessidade de interromper os estudos dos filhos. Esta é, de facto, a grande preocupação dos ex-mineiros e, no entendimento de alguns actores locais, o maior e, porventura, o mais grave problema que o encerramento da ECD irá provocar: a não concretização dos projectos parentais para os filhos, que é o de terem um futuro melhor que o seu, poderem estudar e ter uma profissão diferente {«*tudo menos mineiro*»}. Esta geração de mineiros transporta consigo e empenha-se no projecto de os seus filhos não necessitarem da mina para sobreviver, de lhes proporcionarem condições de vida e de futuro que eles não conheceram. Com o encerramento da mina, além de ficar inviabilizado aí o emprego, ficam ameaçadas também as possibilidades de criação e de manutenção das condições que permitiram aceder a uma profissão e a uma posição no mercado de trabalho mais favoráveis <sup>27</sup>.

A partir do exposto relativamente às fontes de rendimento dos operários mineiros no tempo de desemprego, podemos concluir que não se colocou verdadeiramente e em geral um problema de miséria e de degradação económicas, pelo menos nestes dois primeiros anos.

O facto de a situação se passar em meio rural, com muitas famílias semi-proletárias que a qualquer momento podem socorrer-se da pequena agricultura, a crescente feminização do mercado local de trabalho e ainda o facto de o sector em causa ter beneficiado das medidas excepcionais do programa RECHAR, são factores que estão na base de um relativo bem-estar econó-

---

<sup>27</sup> A alteração dos projectos para os filhos só com o decorrer do tempo poderá ser analisável com mais rigor. Mas esse é um cenário bastante provável, parecendo-nos por isso pertinente que futuramente se estude esta questão: até que ponto e em que medida o encerramento da ECD influenciará as aspirações e projectos dos filhos dos actuais mineiros? Que o facto tende a alterar os projectos dos pais para os filhos, parece-nos bastante provável, o que se desconhece é o impacto que a perda do emprego dos pais terá na vivência dos filhos e na sua projecção no futuro.



mico-financeiro. Todavia, não se pode afirmar que não existam problemas económicos e, muito menos, que eles não venham a surgir futuramente.

O que se pode seguramente afirmar é que a grande preocupação destes homens diz respeito ao futuro e à perspectiva (fundamentada) de cenários de instabilidade profissional e económica decorrentes da perda do emprego e do respectivo salário. A perda da remuneração ultrapassa o seu próprio valor monetário: é a estabilidade do salário que permite aceder a um certo consumo e à concretização de projectos a longo prazo, pelo acesso ao crédito, por exemplo; é a estabilidade do salário que oferece algumas garantias quanto à formação dos filhos; é através da estabilidade do salário que se consegue alguma tranquilidade.

A ausência do salário certo, ainda que ao nível do rendimento não se tenham verificado grandes reduções, constitui uma dimensão importante da desvalorização geral da condição dos desempregados da ECD. Quando existe uma relativa estabilidade e conforto económico antes do desemprego, como é aqui o caso, o sentimento de desvalorização é mais forte do que se se tratasse de uma situação anterior precária.

### *5.3. O enraizamento no local e ausência de mobilidade residencial*

A mobilidade residencial não constitui, até ao momento, um dado significativo, o que se deve, fundamentalmente, ao facto de existir um investimento familiar, patrimonial e afectivo na região. O enraizamento ao local, a construção de casa própria, o facto de existirem filhos em idade escolar e que não deixariam de sofrer consequências com a mudança, a presença da família alargada, dos amigos, vizinhos e colegas na região, por um lado, e a existência, nalguns, da convicção e da preferência por residir em espaço rural, longe das "turbulências" do mundo urbano, o receio de inadaptação a um meio estranho, enfim, a indisponibilidade psicossociológica para, nesta fase da vida, se submeterem a mudanças e à reconstrução total dos seus relacionamentos, por outro lado, constituem alguns dos factores que estão na base da decisão de não mudarem de local de residência.

Esta fraca mobilidade residencial é revelada na análise dos dados do inquérito. Quando interrogados sobre se estariam dispostos a mudar de residência para encontrar um novo emprego, a resposta é esmagadoramente negativa (70%). Por outro lado, no caso daqueles que afirmam ter mudado de residência (apenas 10%), trata-se, na sua maior parte, de famílias que tiveram de abandonar a casa pertencente à empresa, mas permanecem na

mesma localidade, o que não configura, portanto, uma situação de mobilidade residencial nem uma estratégia para encontrar um novo emprego.

Nos poucos casos em que efectivamente houve mudança de residência (6,9%) e que nos foi dado conhecer, deparamo-nos com duas situações: aqueles que mudaram de residência em virtude de terem encontrado um emprego (o que acontece sobretudo para a Área Metropolitana do Porto), e os que mudaram com a expectativa de ser mais fácil encontrar um novo emprego. Neste último caso, a nova residência situa-se em localidades relativamente próximas das anteriores mas mais promissoras relativamente à oferta de emprego. São, na sua maioria, famílias que residiam com os pais ou em casas arrendadas e que vêem nas indemnizações recebidas uma oportunidade de poderem ter acesso a uma habitação própria (o que acontece, principalmente, em localidades do concelho de Vila da Feira).

Deste modo, verificamos que a decisão de mudarem de residência assenta basicamente na preocupação com o emprego e com o futuro, fundada na expectativa de que os novos locais, muito próximos dos centros industriais de Vila da Feira, S. João da Madeira e Vila Nova de Gaia e com um sector terciário mais desenvolvido possam oferecer oportunidades inexistentes na região.

## **6. O tempo de desemprego**

Na análise dos estudos sobre as vivências do desemprego, um tópico dominante e presente na maioria deles é o da organização do tempo do desemprego. Em geral, o tema aparece sob a forma de interrogações tais como as seguintes: Como é que os desempregados ocupam o tempo? O que é que fazem? Quais as actividades a que se dedicam quotidianamente? Será o tempo do desemprego um tempo vazio?

Apoiando-nos no pressuposto de que, na sociedade em que vivemos, o tempo dos adultos se organiza em torno do horário de trabalho, numa situação de perda de emprego, assistir-se-á a mudanças profundas na utilização quotidiana do tempo.

Uma das actividades que se suporia "obrigatória" e que estruturaria a vida dos desempregados, seria a procura de emprego. Assim sendo, uma das primeiras e principais vias escolhidas para efectuar a análise da ocupação do tempo é saber se aqueles dedicam o seu dia-a-dia a procurar emprego e se, a esta actividade, consagram as mesmas horas que consagrariam ao trabalho se estivessem empregados. Se tal ocorresse, estaríamos perante a configuração perfeita da noção de desempregado, definido como um procura-

dor de emprego, um indivíduo que procura activamente inserir-se no mercado de trabalho, e aproximar-nos-íamos da referência ao estatuto de activo ocupado.

Mas as conclusões dos estudos não vão nesse sentido. Muito pelo contrário, a ausência de procura de emprego durante o período de desemprego é uma tendência que tem vindo a acentuar-se cada vez mais, sobretudo nos desempregados de longa duração<sup>28</sup>. Na verdade, os comportamentos de procura ou não de emprego bem como os graus de intensidade variam em função de muitos factores, de entre os quais destacamos a situação económica dos indivíduos, a situação do mercado local de trabalho, o estado psicológico, para além dos contextos meso e macro económicos<sup>29</sup>.

Assim sendo, o estudo da organização do tempo de desemprego deve orientar, então, a sua análise para outros campos. O espaço doméstico, a sociabilidade, o lazer, o trabalhos informal constituem, igualmente, objectos de estudo. Para além disso, deve atender-se á importância da duração do desemprego na forma como este é vivido. Como se ocupa o tempo, à medida que o tempo de desemprego vai passando? Por outras palavras, a relação com o tempo evolui com o prolongamento do desemprego? Os indivíduos que se encontram há mais de um ano, ou há mais de dois ou três anos desempregados ocupam o tempo da mesma forma que os indivíduos recentemente desempregados?

### ***6.1. O recentramento na família e na esfera doméstica***

A análise da ocupação e da organização do tempo permite-nos afirmar que, na ausência mais ou menos prolongada do trabalho assalariado, os desempregados mineiros encontram na família e na esfera de produção doméstica, lugares e actividades alternativas e, de certo modo, compensadoras de alguns dos custos provocados pela perda do emprego na ECD. Na

---

<sup>28</sup> Cf. Didier Demazière — «La negociation des identités des chômeurs de longue durée», in *Revue Française de Sociologie*, n.º 33, 3, 1992, pp. 335-363. O autor apoia-se precisamente nesse dado, entre outros, para questionar a noção de desempregado, tal como é tradicionalmente definida: um indivíduo temporariamente sem emprego, à procura de emprego e prestes a reinserir-se no mercado de trabalho.

<sup>29</sup> O contexto nacional, europeu e mundial actual, marcado por um desemprego generalizado e massivo e por grandes alterações no mundo do trabalho, no modelo produtivo, na organização e nas relações laborais, não condiciona da mesma forma a vivência do desemprego que, por exemplo, o contexto económico dos anos sessenta, marcado, ao contrário, por uma penúria de emprego.

realidade, se a situação de desemprego se reveste de alguns aspectos positivos, eles associam-se, para além do recebimento do subsídio de desemprego, à disponibilidade de tempo para se estar com a família e para se realizar outros projectos e actividades.

Deste modo, o tempo do desemprego é, grande medida, um tempo ocupado no exercício de actividades alternativas. A região, caracteristicamente rural, e o tipo de habitação, casa própria individual com jardim e pequenos terrenos envolventes, oferecem possibilidades, não encontradas noutras regiões urbanizadas e citadinas, de produção doméstica. A existência de uma rede de vizinhança e de relações sociais também é proporcionadora da troca de serviços entre vizinhos e amigos e da ocupação em empregos ocasionais.

A construção ou reforma de casa própria é uma actividade onde se ocupa muito tempo, pois constitui um dos principais projecto pessoais de praticamente todos os desempregados.

As actividades de entreajuda estão também muito presentes neste tempo, sobretudo nos casos em que o grupo familiar alargado reside próximo. A troca recíproca ou "economia da reciprocidade", de que falam certos autores, é aqui bastante evidente. Algumas actividades de entreajuda fazem-se a título gratuito, mas noutras existe a expectativa mútua de que, a qualquer momento, serão retribuídas. O exemplo mais citado é o de construção de casa própria, onde se conta sempre com a ajuda de amigos e familiares.

Podemos encontrar esta importância atribuída à família e à habitação em várias passagens e em diferentes registos. Para 36% dos nossos inquiridos, a convivência familiar e com os amigos constitui a referência mais importante durante o período do desemprego. Por outro lado, mais de 70% passa a maior parte do seu tempo, durante o dia, em casa, espaço que não se restringe, contudo, à habitação. A "casa" recobre também o campo, o jardim, os espaços e ruas contíguas e até o café mais próximo. Dedicam-se geralmente a fazer pequenas reparações, a actividades agrícolas, às tarefas do lar e a ver televisão. É significativo o número daqueles que aliam o(s) trabalho(s) em casa e na agricultura a actividades de lazer, umas mais *receptiva* (ver televisão), outras mais *expressivas* (pescar, caçar, jogar à bola, etc).

Também é relevante o número dos que declaram cuidar dos filhos e realizar as tarefas domésticas de forma regular. Isto traduz, de algum modo, a necessidade que alguns tiveram de reconverter o seu papel familiar. Face à ausência da mulher em casa vêem-se obrigados à aprendizagem e concretização de actividades anteriormente remetidas para ela.

Se nos detivemos no tempo nocturno, a casa é também o espaço privilegiado para se estar. Passando grande parte do tempo em casa e sendo a

família a maior referência para grande parte destes desempregados, não surpreende, por isso, que os familiares sejam as pessoas com quem mais convivem, logo seguidos pelos vizinhos, colegas e amigos.

Não obstante este cenário de privatização da ocupação do tempo quotidiano, 12,6% dos indivíduos referem a sua preferência por espaços fora da esfera doméstica, principalmente o café.

### *6.2. A persistência de sociabilidades e de redes de comunicação*

Embora alguns tempos e espaços de sociabilidades, estritamente relacionados com o trabalho e com os seus ritmos, deixem de existir, não se assiste a uma ruptura das relações sociais nem a um isolamento social, à excepção de um ou dois casos que todos reconhecem. Tal deve-se, em grande medida, ao facto de muitos desempregados residirem nos mesmos locais e não se encontrarem sozinhos na situação de desemprego, o que contribuiu para uma aproximação e união entre as pessoas, bem como para a partilha de experiências, de informações e de preocupações comuns. Com efeito, a existência de um desemprego localmente massivo torna cada um, individualmente, e o grupo dos desempregados, em geral, menos permeáveis à estigmatização social por parte da comunidade em que estão inseridos e, consequentemente, a serem mais aceites, menos constrangidos a refugiarem-se em casa ou a isolarem-se dos outros. Refira-se ainda que a família é, como vimos, um suporte básico de integração dos desempregados da ECD.

As saídas para os cafés constituem uma prática dominante e sobejamente registada pelos proprietários destes estabelecimentos. Estes tendem a fazer uma distinção entre o primeiro ano de desemprego, em que os cafés estavam quase sempre repletos de pessoas e o consumo era elevado, e o segundo ano que apresentava um cenário inverso, nomeadamente por já ser significativo o número daqueles que passavam o dia fora, no novo emprego. No café encontram-se os antigos colegas de trabalho e os amigos, toma-se café, lê-se o jornal, joga-se às cartas e às damas, conversa-se um pouco sobre tudo e, frequentemente, sobre a situação dos ex-trabalhadores da ECD em geral e da situação particular de um ou outro que arranhou emprego ou conseguiu a reforma, ou sobre qualquer outra novidade a respeito da situação da empresa e da região.

Na rua encontram-se sobretudo os mais idosos em pequenos grupos a conversar ou, então, a jogar à malha.

As actividades de lazer não deixam também de estar presentes. Os mais jovens <sup>30</sup> referem os passeios de automóvel e grandes merendas, mesmo durante a semana. Sai-se de manhã com o carro, juntamente com um grupo de colegas e/ou amigos, e passa-se o dia fora. Estas práticas são observadas sobretudo nos primeiros tempos de desemprego e naqueles desempregados com poucos encargos familiares, por exemplo, indivíduos cuja família é constituída apenas pelo casal ou famílias sem filhos a estudar.

Em todo o caso, é ao fim-de-semana que se concentram os lazeres, as relações sociais mais significativas e os desportos, por oposição com o resto da semana, mais marcada pela ocupação noutras actividades.

A retração de actividades de lazer ou culturais é registada por um número pouco significativo de pessoas e encontra-se estritamente relacionada com o facto de, nos últimos dois anos, os clubes de futebol locais estarem impedidos de realizar jogos e outras actividades que normalmente levavam a cabo e com a extinção da Comissão de trabalhadores da ECD e da representatividade sindical, como consequência inevitável do encerramento da empresa.

Outro dado importante a reter é que as práticas de lazer, recreativas ou culturais, observadas durante o tempo de desemprego, não estão associadas a novas participações. São mais os indivíduos que abandonaram algum tipo de actividade do que aqueles que começaram a participar em novas actividades.

Apesar de tudo, e mesmo quando as actividades domésticas, os empregos ocasionais ou as actividades de lazer ocupam grande parte do tempo quotidiano, os dias, para alguns, parecem muito longos, sem interesse ou finalidade, e os momentos vazios parecem intermináveis:

*«Sente-se um vazio muito grande no qual se perde a vontade de tudo e de todos.»* (Trolha/pedreiro/cimenteiro, 31 anos; 17 anos na ECD)

*«Os dias são praticamente todos iguais.»* (Motorista de locomotiva, 39 anos; 15 anos na ECD)

---

<sup>30</sup> A definição estatística e administrativa de jovem, que retém como critério o limite de 25 anos, é inadaptada ao nosso estudo. A referência no texto aos mais jovens inclui indivíduos até aos 30 anos ou mesmo acima desta idade. Para além do critério idade, consideram-se outros como, por exemplo, a ausência de fortes encargos familiares e tem-se como ponto de referência a média de idades da amostra.

Mesmo quando a integração familiar é relativamente forte, o sentimento de vazio pode invadir estes desempregados:

*«É importante o convívio familiar, ter tempo para ler mais, mas o factor desemprego está sempre na cabeça. Nada do que se faz tem o interesse que tinha quando estava empregado.»* (Mineiro, 44 anos; 15 anos na ECD)

Os discursos sobre o aborrecimento, sobre a impressão de um tempo que não passa são muito frequentes. Este aborrecimento tende a reforçar-se com o aumento da duração do desemprego e atinge, principalmente, aqueles cujas vidas mais se desestruturaram devido ao desemprego. Normalmente, ao aborrecimento, junta-se a perda de confiança em si, a diminuição das suas capacidades físicas, a desmobilização:

*«Agora passo mais horas a dormir e a ver televisão. Às vezes estou até às duas da madrugada a ver filmes...»* (Escolhedor de carvão, 48 anos; 28 anos na ECD);

*«A noite, não consigo adormecer; sinto-me mal, chateado, desanimado, não me apetece fazer nada.»* (Capataz geral, 43 anos; 18 anos na ECD)

### **6.3. Uma procura de emprego pouco sistemática**

Centrando-nos agora na análise dos comportamentos de procura de emprego, e retomando algumas reflexões anteriores, começamos por salientar que um dos critérios convencionais para a definição de desempregado reside na manifestação, por parte deste, da sua disponibilidade para trabalhar e procurar emprego.

Todavia, a disponibilidade formalmente declarada aquando da inscrição no Centro de Emprego pode não corresponder a uma disponibilidade subjectiva, portanto real, para procurar emprego. A dimensão subjectiva, sempre implícita, quando se trata de comportamentos dos actores sociais, dificilmente é captada pelos critérios administrativos.

A importância que atribuímos na análise à dimensão subjectiva, o mesmo é dizer, às variáveis biográficas e culturais, encaminha-nos para a pressuposição de que, tanto os que procuram como os que não procuram emprego, têm as suas "boas razões" para o fazerem, podendo tais razões não ser racionais, na acepção da hipótese economicista do actor racional, mas

"razoáveis" para os sujeitos, isto é, dotadas de sentido atendendo «aos recursos e padrões de conhecimento e avaliação de que dispõem.»<sup>31</sup>.

Na compreensão dos comportamentos de procura ou de não procura de emprego deve-se, na nossa opinião, articular os factores de natureza estrutural e objectiva com os factores de natureza biográfica e subjectiva. A nossa hipótese, a este respeito, é a de que as condutas dos desempregados da ECD são menos determinadas pela pressão de necessidades económicas do que por elementos de estratégia individual, apesar de relativamente limitadas pela própria trajectória individual e de grupo profissional e pelos constrangimentos estruturais do mercado.

Dos resultados obtidos a este respeito é de salientar, desde logo, a significativa percentagem (41%) de desempregados mineiros que nunca procurou emprego, nem logo após a saída da ECD nem até ao momento em que os entrevistámos. A ideia com que se fica é que a procura de emprego não foi uma questão que, pelo menos inicialmente, os preocupasse muito. Com efeito, a primeira reacção à pergunta sobre a procura de emprego foi, maioritariamente, negativa. Por outro lado, as opiniões que recolhemos sobre o comportamento dos desempregados apontam no mesmo sentido. Expressões tais como «*vamos indo e vendo*» e «*os empregos existentes não fogem*», utilizadas correntemente, caracterizam bem esta atitude de algum "desinteresse" na procura de emprego por parte dos desempregados que entrevistámos<sup>32</sup>.

Foi-nos possível verificar, de facto, que a procura de emprego não ocupa uma parte significativa do tempo dos desempregados, sendo todavia extremamente difícil, quer generalizar essa ideia a todos, quer encontrar figuras do tempo de procura de emprego distintas. O que se pode é afirmar que os que procuram emprego não o fazem nem de forma sistemática nem com uma constante no tempo. A sua intensidade varia em função das oportunidades e num tempo mais relacional do que cronológico. O recurso às "pessoas das suas relações" para procurar emprego é a norma, o que se deve, como já notámos noutras passagens, ao facto de estarmos numa região rural onde o inter-conhecimento é muito forte.

Estas atitudes de um certo desinteresse em relação à procura de emprego não significam que os que as adoptam não vivam angustiados pelo facto de terem perdido o emprego. Na verdade, parece-nos que a saturação do meio em termos de empregos e a existência de um subsídio de desem-

---

<sup>31</sup> Augusto Santos Silva — *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*; Porto, Afrontamento, 1994, p. 21.

<sup>32</sup> Este cenário é pouco concordante com o pressuposto segundo o qual a uma intensidade de procura de emprego no início do desemprego se seguiria uma progressiva diminuição dessa intensidade.



prego de valor e duração elevados atenuam, as pressões para procurarem emprego, conduzindo a um desinvestimento inicial nesta actividade.

Retendo agora a nossa atenção nos indivíduos que procuram emprego, é possível distinguir dois tipos, tanto nos primeiros tempos como mais recentemente: existe um grupo de desempregados que orienta a sua procura para determinados empregos (procura profissional selectiva); enquanto outros o fazem de forma indiferenciada, em todas as direcções<sup>33</sup>.

Os que tendem a seleccionar determinados empregos (51%) são aqueles que pretendem ver reconhecidos alguns trunfos e capacidades, percebidas como podendo ser valorizadas no mercado de trabalho onde se movem<sup>34</sup>. Pode considerar-se que a aposta em determinadas características e/ou qualificações para orientar a procura de emprego revela uma certa confiança nas suas próprias capacidades.

Ao invés, a procura pouco selectiva, orientada para várias direcções, parece ser apanágio dos indivíduos menos apetrechados em capitais profissionais susceptíveis de serem valorizados no mercado de trabalho. Neste grupo incluem-se, quer os trabalhadores com um percurso profissional exclusivamente ligado à mina, quer indivíduos com pouca antiguidade na ECD mas com a mesma carência de qualificações profissionais requeridas pelo mercado de trabalho. Procuram um emprego onde é mais provável ele poder existir: na construção civil, primeiramente; na cortiça, no mobiliário, nas obras de construção de troços de estrada, etc.

Quer as localidades, quer as empresas<sup>35</sup> alvo da procura manifestam, por um lado, a orientação para um mercado de trabalho relativamente pró-

---

<sup>33</sup> Não se verifica, deste modo, a hipótese segundo a qual uma procura selectiva nos primeiros tempos tenderia a tornar-se indiferenciada à medida que aumentasse a duração no desemprego. Neste caso, a procura indiferenciada não resulta principalmente de uma degradação do nível de aspirações com o passar do tempo. Logo no início, é esse tipo de procura a adoptada por muitos.

<sup>34</sup> Por exemplo, um indivíduo que exerceu, em empregos anteriores ao da ECD, o trabalho de gruista, e detém essa categoria profissional, tende a procurar emprego nessa mesma categoria. O mesmo se passa com outros que detêm qualificações relativamente especializadas ou que detêm qualificações reconhecidas tais como o curso de mecânico, a carta de condução de pesados e de transportes públicos, etc

<sup>35</sup> Para além das localidades do concelho onde se instalaram recentemente algumas empresas, os concelhos de Vila da Feira, S. João da Madeira e Vila Nova de Gaia são os destinos mais procurados na busca de um novo emprego. Quanto aos sectores de actividade, destacam-se, principalmente, a indústria da cortiça, do calçado e do mobiliário, a construção civil e as actividades de transportes e armazenagem. É de salientar a importância da procura de emprego junto das empresas responsáveis pelas grandes obras nacionais em curso à data, tais como a Expo98, a nova ponte sobre o Tejo e o alargamento do aeroporto da Madeira.

ximo e tradicionalmente destino de alguma mão-de-obra masculina e feminina da região; por outro lado, manifestam o recurso às redes de conhecimentos e de parentesco.

Os indivíduos recorrem preferencialmente aos meios informais para procurar emprego. Da leitura do quadro 2 podemos ainda verificar que a grande maioria dos sujeitos tende a privilegiar apenas um meio de procura de emprego, não sendo, todavia, de menosprezar o número daqueles que tendem a diversificar os meios de procura, no intuito de multiplicar, assim, as hipóteses de conseguirem um emprego.

QUADRO 2 — Meios de procura de emprego

<i>Meios</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Directamente nas empresas</i>	<i>18</i>
<i>Directamente nas empresas e Resposta a anúncios de jornais</i>	<i>3</i>
<i>Directamente nas empresas, Resposta a anúncios de jornais, Através de familiares e Através de amigos</i>	<i>4</i>
<i>Directamente nas empresas e Através de amigos</i>	<i>7</i>
<i>Directamente nas empresas, Através de familiares e Através de amigos</i>	<i>2</i>
<i>Directamente nas empresas Através de familiares</i>	<i>4</i>
<i>Resposta a anúncio de jornais</i>	<i>9</i>
<i>Resposta a anúncios Através de familiares Através de amigos</i>	<i>5</i>
<i>Através de amigos</i>	<i>22</i>
<i>Através de familiares Através de amigos</i>	<i>2</i>
<i>Através de familiares</i>	<i>7</i>
<i>Tentam criar o próprio emprego</i>	<i>12</i>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Um dado também relevante refere-se à ausência de recurso ao Centro de Emprego como meio de procurar emprego. Com efeito, a busca de informação nos respectivos Centros de Emprego sobre formação ou sobre empregos é uma prática mobilizada por um número muito reduzido de desempregados.

A convicção de que têm de ser os próprios a solucionar o problema de emprego e simultaneamente a vontade expressa de beneficiarem do subsídio de desemprego até ao seu termo, leva-os a adoptar a estratégia de, mesmo sabendo que teriam hipóteses de ser chamados pelo Centro de Emprego para certos trabalhos que eventualmente aparecessem, não se inscreverem numa segunda profissão que poderiam exercer.

Acontece o seguinte: percebendo que a sua profissão (ligada à actividade mineira) não tem actualmente, e na região, qualquer enquadramento no mercado de trabalho, aproveitam essa justificação para, estrategicamente, se inscreverem apenas na categoria que detinham na ECD e, dessa forma, beneficiarem até quando quiserem do subsídio de desemprego e, simultaneamente, não correrem o risco de serem chamados pelo Centro de Emprego para trabalharem em locais distantes da residência e sem grandes compensações. São, de facto, em número muito reduzido aquele que colocam uma segunda profissão que estariam preparados para exercer, se a oportunidade aparecesse. As expressões seguintes, reacções a algumas propostas por parte do Centro de Emprego, podem ilustrar as afirmações anteriores:

*«Quando o subsídio acabar, eu vou trabalhar. Eproblema meu.»*  
*«O meu trabalho é no Pejão... Mande p'ra cá [os empregos], que eu apareço lá p'ra trabalhar.»*  
*«Eu sou mineiro, estou aqui porque vocês quiseram. Eu não pedi para ir para o fundo de desemprego.»*

#### ***6.4. Os que não procuram emprego e as suas "boas razões" para o não fazerem***

Como já referimos, é bastante significativo o número daqueles que declaram não ter procurado emprego desde a saída da ECD até à actualidade. A não procura de emprego está associada a projectos pessoais distintos e é um elemento caracterizador de estratégias, face ao emprego, também diversas.

O quadro 3 permite evidenciar a importância da percepção dos subsídios de desemprego na base das decisões de não procura de emprego.

**QUADRO 3 - Indivíduos que não procuraram emprego após saída da ECD, segundo tipo de motivos**

<i>Motivos da não procura de emprego</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
Está a receber o subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego	51
Criou o próprio emprego	3
Obteve e reforma antecipada	7
Encontrou de imediato outro emprego	1
Não sabe onde procurar	3
Construção de casa própria	1
Espera ser reformado	1
Está a frequentar curso de formação profissional	3
Está com baixa médica	1
Tem outras ocupações que considera suficientes	2
Obteve pré-reforma	2
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Podemos ainda confirmar esse dado através deste testemunho:

*«O que estou a receber pelo fundo de desemprego é melhor que em qualquer emprego, mesmo na construção civil»* (Mineiro de 1.<sup>a</sup>, 35 anos; 16 anos na ECD)

Porém, alguns esperam começar a procurar emprego quando o subsídio de desemprego estiver próximo do fim:

*«Quando faltarem dois ou três meses para acabar o social é que vou procurar emprego. Não compensa ir ganhar menos do que o que se ganha pelo fundo de desemprego...»* (Safreiro, 42 anos; 14 na ECD; desempregado)

A existência de um subsídio de desemprego constitui o pólo agregador das motivações que estão na base da não procura de emprego, embora a nível individual exista um leque de outras razões.

No conjunto de indivíduos que não procuram emprego, podemos distinguir dois tipos: aqueles que expressam a existência de objectivos pesso-

ais que justificam a atitude relativamente passiva de não procurarem emprego, manifestando, por isso, um certo domínio da situação de desemprego; e aqueles cujas atitudes de passividade estão relacionadas com constrangimentos pessoais e estruturais que provocam um certo conformismo e ausência de mobilização pessoal.

No primeiro tipo, incluem-se os indivíduos que não procuram emprego porque, para além de estarem a receber o subsídio de desemprego, ou têm outras ocupações, ou têm emprego em vista, ou pensam esperar até Janeiro de 1997 para procurar emprego, data que consideram mais propícia a um recrutamento de pessoal por parte das empresas, ou esperam criar o próprio emprego, ou emigrar, ou organizar a sua vida, ou ser reformados.

O segundo tipo de situações recobre factores de outra ordem. Para além de estarem a receber o subsídio de desemprego, a falta de empregos é razão para alguns indivíduos não procurarem emprego; para outros é a percepção de terem uma idade pouco propícia para encontrar um novo emprego, ou a ausência de uma arte/ ofício ou de qualificações suficientes, outros ainda sentem-se incapacitados por doença e desmotivados.

Vemos assim que, para a mesma atitude de não procura de emprego, existem razões individuais diferentes, reveladoras de graus de liberdade mais ou menos limitados segundo as circunstâncias pessoais de cada um.

O caso dos indivíduos que acederam à pré-reforma ou à reforma antecipada, bem como os que criaram o próprio emprego ou encontraram imediatamente emprego, configuram outro tipo de situação. A sua atitude de não procura de emprego está justificada à partida. O acesso à reforma garante o acesso a um estatuto e a um rendimento correspondente que, objectivamente, anulam a necessidade de se procurar emprego. Os que criaram o próprio emprego ou o encontraram de imediato não têm também necessidade de adoptarem comportamentos de procura. O projecto de futuro passa por ser relativamente exterior ao mercado de trabalho no caso dos reformados; os que se estabeleceram por conta própria revelam projectos de uma inserção profissional não assalariada, projectos mais autónomos de resolução do problema de desemprego.

## **7. Relações com os actores institucionais**

As relações destes desempregados com a esfera institucional não são, de forma alguma, intensas nem frequentes. No que diz respeito aos dispositivos institucionais previstos, quer no quadro geral das políticas de apoio aos desempregados, quer nas medidas específicas para os desempregados do

sector mineiro, e também no âmbito do programa de apoio ao encerramento da empresa, não só não se recorre à maioria dos apoios disponíveis, como não existe uma informação "perfeita" acerca deles <sup>36</sup>.

O tipo de apoio a que mais se recorre é fundamentalmente de carácter financeiro: o subsídio de desemprego, as indemnizações e as reformas antecipadas. As medidas que exigem uma intervenção mais activa por parte dos desempregados, quer no sentido de se empenharem em obter mais informações, quer no sentido de terem de adoptar procedimentos administrativos e práticos mais controláveis, são escassamente procuradas, salvo raras excepções. Tal facto pode relacionar-se, em parte, com a ausência de uma capacidade de lidar agilmente com as questões burocrático-institucionais.

A relação com o Centro de Emprego limita-se, de um modo geral, à realização dos procedimentos mínimos obrigatórios, tais como a inscrição inicial e a confirmação periódica por escrito da situação de desemprego, de forma a não perderem os apoios financeiros. Por outro lado, não lhe é reconhecido o seu papel de apoio à resolução do desemprego, predominando, pelo contrário, a imagem de uma instituição ineficaz, onde sobressai sobretudo, a sua função de controle.

### ***7.1. A desvalorização da formação profissional durante o período de desemprego***

No que concerne à ocupação do tempo de desemprego em acções de formação profissional, verifica-se que a adesão dos operários mineiros aos cursos de formação profissional, realizados no âmbito do RECHAR e quando ainda se encontravam empregados, começou por ser mínima, havendo a necessidade de introduzir um subsídio de formação. Mesmo assim, apenas uma percentagem ligeiramente superior a 10% frequentou as acções de formação, contra uma percentagem relativa e proporcionalmente mais elevada dos trabalhadores do exterior <sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Na verdade, os apoios à criação de actividades independentes, as ILE's (Iniciativas Locais de Emprego), os auxílios de mobilidade geográfica, o apoio à construção ou aquisição de habitações (incluído nos auxílios CECA) são praticamente desconhecidos. Os apoios à criação do próprio emprego e as compensações salariais são, apesar de tudo, mais conhecidos, embora só um número muito reduzido de desempregados a eles recorra.

<sup>37</sup> A análise da relação destes indivíduos com a formação profissional quando ainda se encontravam empregados já foi realizada noutra local, pelo que não a desenvolveremos aqui. Veja-se Ana Maria Duarte — "Desemprego e Reconstrução de Identidades — O caso dos Mineiros do Pejão", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 17, Julho de 1996, pp. 122-125.

No que concerne ao período após a saída da empresa, o cenário é ainda mais desolador. Com efeito, a frequência da formação durante o período de desemprego é praticamente inexistente. Apenas 7 dos 166 inquiridos se interessaram em seguir um curso de formação profissional.

Assiste-se a uma desvalorização total da formação enquanto meio para facilitar o acesso ao emprego. Um grande número de indivíduos não os reconhece como necessários; para outros, os cursos existentes não agradavam, quer os curso propriamente ditos, quer o facto de terem de deslocar-se diariamente para Rio-Meão para os frequentar: *«Se se é jovem e se tem uma vocação, a gente vai até ao fim do mundo. Mas quando se tem idade e muitos anos de trabalho, não há disposição para ir todos os dias por aí abaixo.»* (Mineiro, 44 anos, 15 anos na ECD).

Verifica-se a mesma falta de disponibilidade subjectiva que detectámos relativamente à frequência da formação no período anterior ao desemprego. Prefere-se ter outras ocupações, estar com a família e descansar a ir tirar um curso sobre o qual não vislumbram qualquer utilidade.

A adesão, ainda que reduzidíssima, verificada em relação à formação que decorreu no âmbito do RECHAR parece dever-se bastante ao facto de ter sido subsidiada. O subsídio foi, claramente, a razão determinante para se frequentar a formação. Estando agora desempregados, não encontram qualquer vantagem em se inscreverem e frequentarem cursos. Isso não acrescentaria nada, em termos monetários, ao subsídio de desemprego a que têm direito. Por outro lado, o tempo da formação vem ocupar um tempo já preenchido, quer no exercício de outras actividades, quer na busca de tempos e espaços de lazer, quer mesmo simplesmente para descansar. E não vendo utilidade nem interesse na frequência dos cursos, seja porque não têm de si uma imagem positiva em termos de capacidades de reconversão, seja porque não percebem oportunidades alternativas no espaço profissional, os trabalhadores mineiros não investem na formação como estratégia possível de reconversão profissional.

## ***7.2. A ocupação em actividades comunitárias***

Tal como as medidas de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregado de longa duração (Dec.-Lei 34/96, de 18 de Abril), a participação em programas ocupacionais para trabalhadores a receberem prestações de desemprego ou para desempregados em

situação de carência económica (Portaria 192/96, de 30 de Maio) pretende ser uma medida de apoio e combate ao desemprego.

Para além da redução dos custos sociais do desemprego, espera-se que a ocupação em trabalhos socialmente necessários e úteis aumente as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho e evite o isolamento social dos desempregados.

No conjunto dos trabalhadores por nós inquiridos, 25% participaram em actividades temporárias no âmbito de projectos das autarquias aprovados pelo Centro de Emprego. Pelo facto de participarem, beneficiaram de um complemento de 20% da prestação mensal de desemprego.

As tarefas realizadas neste âmbito são, maioritariamente, pequenas obras (reparações e pinturas) em escolas e outros edifícios da autarquia, bem como limpeza de bermas, cemitérios, escadarias e arranjos de jardins (limpeza e plantação de árvores). Um ou outro trabalho mais administrativo (organização de ficheiros, inquéritos na freguesia, etc.) e alguns trabalhos que aproveitam o saber-fazer específico de determinados desempregados (trabalho de topografia, por exemplo), completam o conjunto de actividades exercidas por estes desempregados que podemos resumir a pequenos trabalhos da comunidade que, no momento, apareciam como os mais urgentes e acessíveis.

Das declarações dos presidentes das Juntas de Freguesia e dos desempregados, deduz-se facilmente que existe uma "gestão local", quer das pessoas que são contempladas, quer das horas e do tempo do dia em que o trabalho é exercido<sup>38</sup>.

Os benefícios de terem participado nestas actividades temporárias repartem-se, para todos e mais ou menos nas mesmas proporções, entre receber mais algum dinheiro, manter-se ocupado e socialmente útil e estar em contacto com outras pessoas e instituições.

---

<sup>38</sup> Normalmente, é o presidente da Junta de Freguesia que contacta e "recruta" as pessoas. Muitos dos nossos inquiridos não tinham conhecimento da existência desses trabalhos temporários. Outros tinham, mas não foram contactados. *Houve* alguns que, depois de saberem, procuraram também ser incluídos no projecto, mas já não havia lugar. Aqueles que não foram contactados pelo presidente da Junta de Freguesia e estiveram ocupados em actividades comunitárias, ou foram eles próprios ter com o presidente, ou *conseguiram por intermédio* de amigos, ou foi o Centro de Emprego que os contactou. *Na concretização das actividades, procurou-se, sobretudo, que os desempregados realizassem os trabalhos que pessoalmente fossem mais do seu agrado e não houve grandes pressões para se cumprirem horários rigorosos. O objectivo fundamental residia mais na concretização de certos trabalhos do que em cumprir de forma rigorosa um determinado horário.*



Relativamente à avaliação destas actividades em termos de reinserção profissional, 50% dos indivíduos que estiveram ocupados nestas actividades consideram que as suas possibilidades de reinserção profissional aumentaram, enquanto outros 50% consideram que não. A percepção de muitos é que o contacto e proximidade com os serviços públicos pode, de facto, ser decisivo para se conseguir um emprego na função pública, que lhes garantiria a estabilidade que tanto ambicionam.

Mas esses lugares são em número reduzido e a maioria dos que participaram nos programas não foram colocados na função pública. A ocupação nestas actividades e o contacto com outros desempregados contribui para que o desempregado não se sinta completamente desligado do mundo do trabalho e para a persistência da autoconfiança, embora não pareça ter uma influência directa na saída da situação de desemprego.

## 8. Caracterização das situações de reinserção profissional

### 8.1. As dificuldades *da* reinserção

Os indivíduos que procuram reinserir-se no mercado de trabalho encontram, hoje, dificuldades de vária ordem. Desde logo pela insuficiente criação de empregos. Por outro lado, a existência crescente de processos ligados aos modos de funcionamento de certos sub-mercados de emprego, como os processos de reestruturação de empresas e fenómenos de concorrência, podem reforçar a fragilidade da posição de certas categorias de mão-de-obra e ameaçar uma permanência prolongada no desemprego.

Deve considerar-se, igualmente, todo o percurso profissional, nalguns casos ligado à história de um grupo profissional, e o facto de ser um desempregado <sup>39</sup>. Ao longo do seu percurso profissional, cada indivíduo acumula uma série de trunfos ou de "capitais" que podem ser-lhe úteis para a rein-

---

<sup>39</sup> Este elemento parece-nos de toda a relevância. Para melhor se compreender, por exemplo, se, perante um candidato ao emprego, os critérios utilizados são iguais, quer se trate de um desempregado, quer se trate de um trabalhador, seriam interessantes e necessários, como sugere Odile Benoit-Guilbot, análises comparativas entre desempregados que procuram novo emprego e trabalhadores que procuram outro emprego — cf. Odile Benoit-Guilbot — «Sortir du chômage...?», in *Sociologie du Travail*, n.º 4, 1990, p. 408.

serção num novo emprego. Mas acumula simultaneamente um conjunto de *handicaps* que limitam as suas possibilidades de reinserção.

Contudo, e apesar da sua importância, os atributos individuais dos desempregados não determinam isoladamente a maior ou menor probabilidade de reinserção. O contexto local, os modos de gestão da mão-de-obra pelas empresas, etc, podem tornar esta ou aquela característica individual como um trunfo determinante, um handicap pouco significativo ou um obstáculo inultrapassável. A passagem do desemprego para um novo emprego, além de constituir um momento da trajectória profissional dos indivíduos, sofre, de forma significativa, a influência da posição particular no mercado de trabalho do grupo profissional a que se pertence.

No caso dos desempregados da ECD, sobretudo nos trabalhadores directos da produção, este último factor tem um papel fundamental. A pertença ao grupo profissional dos mineiros encima a hierarquia dos atributos destes procuradores de novo emprego.

O facto de se ter sido mineiro constitui o mais grave *handicap* para os que se apresentam no mercado de trabalho à procura de emprego. Enquanto que, em certas profissões, a permanência prolongada numa empresa a exercer essa actividade pode permitir ao trabalhador qualificar-se em termos de experiência profissional, a antiguidade nas profissões ligadas à actividade mineira funciona de forma inversa: quanto mais tempo se trabalhou no interior da mina mais incapacitado se está, sendo-se « *muito bem recomendado para não ter trabalho* », como percebem alguns sujeitos.

Pode mesmo acontecer que a avaliação que se faz a um ex-mineiro, que se candidata a um emprego, não tenha sequer em conta os anos de trabalho na mina. O facto de ter trabalhado como mineiro conduz imediatamente à representação profissional destes indivíduos como pessoas fisicamente debilitadas. Esta representação largamente partilhada é também interiorizada pelos mineiros que procuram emprego, na medida em que se atribuem a si mesmos essa imagem de pessoas incapacitadas. Eles tendem a considerar-se pessoas "rebentadas" e "queimadas".

Outra imagem que muitos empregadores têm dos mineiros e que não os favorece enquanto procuradores de novo emprego é a ideia de constituírem uma "classe perigosa", no sentido de serem pessoas não facilmente conformadas nem submissas. Aparecem, antes, como revoltosos, reivindicativos e que « *por qualquer coisa fazem greve* ». Todos estes são predicados que a maior parte dos empregadores não quer deixar entrar nas suas fábricas, pois

"um indivíduo destes procurará, de todas as formas, organizar os trabalhadores para se revoltarem contra o patrão", fazerem exigências despropositadas e denunciarem situações menos claras.

O facto de a classe mineira ter sido considerada, no concelho, a "vanguarda da classe operária", com tradições de lutas e greves no período pós-revolucionário, está na base desta representação que os empresários fazem dos ex-mineiros.

Para além da imagem pouco favorável que a profissão de mineiro tem junto dos empregadores, os mineiros não só se revêem nela como consideram também que "ser-se mineiro é quase como não ter profissão". Para aqueles que sempre trabalharam como mineiros, sem quaisquer outras experiências de trabalho, senão na agricultura nalguns casos, o grande obstáculo para encontrarem um novo emprego e, simultaneamente, a sua maior fonte de angústia é o facto de *«não terem uma profissão, uma arte para além de mineiro»* — *«o mineiro não sabe fazer mais nada»*.

A situação torna-se mais grave para aqueles que acumulam esta característica com uma idade avançada e com problemas de saúde. Existe, de facto, uma forte correlação entre estas três variáveis: antiguidade elevada, idade avançada e problemas de saúde.

Um outro elemento que dificulta a reinserção é o facto de um número significativo destes trabalhadores não terem conhecido, durante a sua vida profissional, qualquer experiência de desemprego. Isto verifica-se, principalmente, naqueles que sempre trabalharam na ECD. No horizonte deste homens, não existia qualquer cenário de desemprego. Sempre esperaram trabalhar na ECD até à reforma. As ameaças frequentes de encerramento da empresa, que nunca passaram disso, contribuíram para reforçar a ideia de que o emprego na ECD não estaria em risco. Agora, é-lhes extremamente difícil aceitar o estatuto de desempregados, como nos mostra a revolta e angústia deste homem que nunca conhecera antes o desemprego: *«desempregado, ao fim de 30 anos? E agora o que é que vai ser de mim?»*.

É evidente que esta experiência subjectiva intervém na construção da sua imagem e na avaliação das suas próprias capacidades de forma pouco favorável. Uma pessoa que nunca projectou para si uma determinada situação de vida tem mais dificuldades em a enfrentar e a ultrapassar do que outra pessoa que, ou já conheceu uma experiência idêntica ou, pelo menos, já se havia deparado com essa hipótese.

Importa relembrar ainda a ausência na região de actividades económicas alternativas à extracção do carvão, a fraca fixação de novas empresas, a própria situação geográfica e os acessos às áreas mais industrializadas e aos centros de serviços e de escoamento de produtos. Todos estes factores geram, conjuntamente, um contexto pouco propício a um cenário positivo de reconversão profissional.

## **8.2. A qualidade dos empregos actuais**

O quadro 4 apresenta o grupo dos trabalhadores que têm actualmente emprego assalariado e o tipo de mudança profissional ocorrida, o que nos permite retirar algumas conclusões acerca da qualidade dos empregos encontrados. Na nossa amostra, a taxa de reinserção é de 41,5%, sendo 33,7% referente a trabalhadores por conta de outrem.

### *8.2.1. A importância do sector da construção civil na mudança profissional*

Podemos verificar que o sector da construção civil é aquele onde a maior parte dos mineiros encontra emprego. São empregos em categorias profissionais, de uma forma geral, desqualificadas (servente, indiferenciado, etc), se bem que também existam casos onde é patente uma certa capitalização de experiências anteriores ao trabalho na ECD que permitem, agora, uma posição mais favorável nesta área de trabalho. As experiências anteriores de trabalho na construção civil e a rede de relações sociais, nesse âmbito construída, facilitam o acesso a lugares menos desqualificados.

São vários os casos em que o emprego actual dos inquiridos na construção civil é o mesmo que haviam desenvolvido durante o período do subsídio de desemprego. Nalguns, há mesmo uma continuidade clara entre a situação durante o desemprego e a situação actual. Dos 56 indivíduos que estão a trabalhar por conta de outrem, 15 transitaram de um emprego não declarado, sem qualquer vínculo contratual, para uma situação idêntica. Embora estes casos se encontrem predominantemente na construção civil, eles também ocorrem noutros sectores de actividade.

QUADRO 4 — Número de trabalhadores que se encontram a trabalhar por conta de outrem segundo profissão na ECD e profissão actual

<i>Profissão/Categoria profissional na ECD</i>	<i>Profissão/Categoria profissional actual</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Servente (c. civil)</i>	<i>11</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Trolha (c. civil)</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Gruísta (c. civil)</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Ferrageiro (c. civil)</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Ajudante (estradas)</i>	<i>2</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Cantoneiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Marteleiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Indiferenciado</i>	<i>3</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Empreg. Fabril (cortiça)</i>	<i>3</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Forneiro (fundição)</i>	<i>3</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Empregado estaleiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Pedreiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Empregado cozinha</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Jardineiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Vigilante</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Agricultor</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Carpinteiro</i>	<i>2</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Electricista</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Oficial 2.<sup>a</sup></i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Operador de TV Cabo</i>	<i>1</i>
<i>Marteleiro</i>	<i>Marteleiro</i>	<i>1</i>
<i>Apontador</i>	<i>Pintor</i>	<i>1</i>
<i>Escolhedor de carvão</i>	<i>Picheleiro</i>	<i>1</i>
<i>Operador teleférico</i>	<i>Auxiliar de educação</i>	<i>1</i>
<i>Operador teleférico</i>	<i>Electricista</i>	<i>1</i>
<i>Pintor</i>	<i>Pintor</i>	<i>1</i>
<i>Soldador</i>	<i>Soldador</i>	<i>1</i>
<i>Carpinteiro</i>	<i>Carpinteiro</i>	<i>1</i>
<i>Canalizador</i>	<i>Canalizador</i>	<i>2</i>
<i>Electricista</i>	<i>Estagiário administr.</i>	<i>1</i>
<i>Metalúrgico</i>	<i>Motorista</i>	<i>1</i>
<i>Metalúrgico</i>	<i>Mecânico</i>	<i>1</i>
<i>Empregado escritório</i>	<i>Auxiliar de educação</i>	<i>1</i>
<i>Empregado escritório</i>	<i>Picheleiro</i>	<i>1</i>
<i>Motorista locomotiva</i>	<i>Pedreiro</i>	<i>1</i>
<i>Marteleiro</i>	<i>Servente (c. civil)</i>	<i>1</i>
<i>Tubista</i>	<i>Indiferenciado</i>	<i>1</i>
<b>TOTAL</b>		<b>56</b>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Para além da construção civil, sector que mais importância tem na absorção desta mão-de-obra, o sector do mobiliário, o hoteleiro, o da cortiça e a indústria metalúrgica são os que revelam ter alguma importância na contratação dos ex-mineiros.

### 8.2.2. *Uma tendência marcante para a instabilidade de emprego*

Se nos detivermos no tipo de contrato que liga estes trabalhadores aos empregos encontrados, verificamos, como mostra o quadro 5, que apenas 8 trabalhadores têm alguma segurança contratual. A maior parte encontra-se numa situação precária, vivendo na expectativa de saber se o seu contrato de trabalho será ou não renovado, ou, no caso dos indivíduos sem contrato, se virão um dia a ser contratados.

QUADRO 5 — Tipo de contrato no emprego encontrado

<i>Tipo de contrato</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Efectivo</i>	8
<i>A prazo/ termo certo</i>	32
<i>Sem contrato</i>	15
<i>Estagiário</i>	1
<b><i>Total de indivíduos</i></b>	<b>56</b>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Para além do vínculo contratual, os modos de remuneração revelam mudanças nas relações de emprego actuais por comparação com o emprego na ECD. Verifica-se, a este respeito, uma alteração brusca relativamente à situação na ECD. Do recebimento de um salário certo em cada mês, estes trabalhadores passam a ser pagos, na sua grande maioria, à semana, ao dia e, mesmo, à hora.

A instabilidade é, de facto, a palavra-chave que caracteriza a maioria das situações de reinserção profissional encontradas — contratos a termo certo, trabalhos a dias numa determinada obra, trabalhos ocasionais nas obras da "Expo98" ou da instalação do gás natural; trabalhos sem descontos e exigindo muitas horas extraordinárias para se conseguir um salário razoável,

trabalhos aos fins-de-semana, etc, tendo como patrão pequenos empreiteiros que, a qualquer momento, os podem dispensar.

O sector da construção civil absorve, como já constatámos, a maior parte desta mão-de-obra mineira. E este é, como nota Maria João Rodrigues, um «*sector instável e sem poder negociai, caracterizado pela instabilidade do emprego, impossibilidade de fazer valer qualificações raras, baixos salários, debilidade sindical e ligação a actividades por conta própria*»<sup>40</sup>.

Não nos é, portanto, difícil de admitir que o emprego actual de muitos não constitui uma situação definitiva e que o processo transitivo sobre o mercado de trabalho tenderá a ser marcado por novos períodos de desemprego, seguidos de possíveis outros empregos e de eventuais passagens por espaços institucionalmente organizados para os enquadrar.

Tudo indica que se assistirá, daqui em diante, a uma aceleração dos fluxos de mobilidade no mercado local de trabalho, acompanhada de empregos objectivamente pouco qualificados. As situações de reinserção encontradas dão-se em sectores de actividade variados, mas existe também uma grande proximidade na natureza das tarefas desempenhadas e nas competências requeridas nos diferentes empregos. Isto aplica-se, principalmente, aos trabalhadores com formação de baixo nível que, embora mudando de profissão e de sector, mantêm ou vêem diminuir a sua qualificação.

### 8.2.3. Algumas situações mais favoráveis

Na mudança profissional e sectorial existem, contudo, algumas situações mais favoráveis. É o caso, por exemplo, de 1 pintor, de 1 soldador, de 1 carpinteiro e de 2 canalizadores que, embora transitem para empregos noutras sectores de actividade, continuam a exercer a mesma profissão<sup>41</sup>.

Existem, por outro lado, reconversões interessantes de indivíduos que na ECD eram electricistas, metalúrgicos ou empregados de escritório e que passam agora a desempenhar profissões diferentes, socorrendo-se de capitais que detinham, mas que não eram requeridos no tipo de trabalho da ECD (escolaridade elevada, posse de carta de condução de veículos pesados e de serviço público, experiências decorrentes das actividades complementares, etc);

É também notória, porque excepcional, a situação de 3 casos de reconversão profissional via formação. O mais destacado é o de um jovem, ope-

---

<sup>40</sup> Maria João Rodrigues — «O mercado de trabalho nos anos 70», in *Análise Social*, n.º 87/88/89, 1985, p. 688.

<sup>41</sup> Neste caso, pode falar-se em reclassificação profissional.

rador de teleférico na ECD (no exterior), que frequenta, no âmbito do programa RECHAR, o curso de electricidade, completando-o depois no Centro de Formação de Rio-Meão. O curso incluía um estágio profissional, que frequentou e onde permaneceu a trabalhar até ao momento.

### **8.3. Importância das redes sociais informais no acesso ao emprego**

Apesar de enquadrados num ambiente institucional relativamente favorável, os desempregados da ECD contam, quase exclusivamente, consigo próprios para resolverem a situação de desemprego. Os casos de reinserção profissional devem-se, sobretudo, à mobilização de recursos pessoais e relacionais e às estratégias individuais adoptadas.

Como podemos verificar no quadro 6, a maior parte dos indivíduos que actualmente se encontram empregados por conta de outrem conseguiram o novo emprego através da ajuda de amigos e familiares. Se na procura de emprego, como atrás referimos, se aposta numa relativa diversificação e pulverização dos meios de procura (embora sempre com destaque para os meios informais), no acesso efectivo ao emprego, estes canais informais têm um maior peso, evidenciando, uma vez mais, que a informalidade é uma característica marcante da cultura sócio-profissional local.

QUADRO 6 — Meios através dos quais se encontrou emprego por conta de outrem

<i>Meios</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Através de familiares</i>	<b>18</b>
<i>Através de amigos</i>	<b>22</b>
<i>Directamente nas empresas</i>	<b>10</b>
<i>Resposta a anúncios nos jornais</i>	<b>5</b>
<i>Através do Centro de Emprego</i>	<b>1</b>
<b><i>Total de indivíduos</i></b>	<b>56</b>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

A saída da situação de desemprego pela via mais formal não parece ter aqui muito significado. É certo que alguns nos declaram ter conseguido emprego através do pedido directo nas empresas. Se é plausível que isso de



facto se passe, também não é menos admissível pensar-se que muitos dos empregos encontrados dessa forma terão beneficiado da influência de familiares, amigos ou conhecidos que já se encontravam a trabalhar nessa empresa.

A análise da reinserção profissional mostra claramente que se operam mudanças significativas em relação à inserção anterior na ECD, tendentes, em larga medida, a confirmar as transformações em curso no tipo de relação salarial predominante a um nível mais geral. De facto, de uma inserção na ECD, relativamente "monopolista", passa-se a uma inserção muito mais próxima do modelo concorrencial, onde a modalidade do contrato a termo e a alternância de empregos (com pouca antiguidade em cada um) predominam.

Outro facto que se revela bastante importante é a constatação de que as características dos empregos encontrados são bastante próximas, quer das características das experiências profissionais anteriores à inserção na ECD, quer das características das actividades desenvolvidas fora do horário de trabalho da ECD, com carácter complementar, o que reforça a ideia de uma mobilização de competências e qualificações adquiridas fora do emprego na ECD como recursos fundamentais para se encontrar um novo emprego. Este facto confirma, ainda, a irrelevância da formação profissional na grande maioria dos casos de reinserção encontrados.

#### ***8.4. Os que criaram o próprio emprego***

Criar o próprio emprego pode manifestar, por parte daqueles que o fazem, uma certa autonomia e mobilização e até uma certa coragem em arriscar, ainda mais se pensarmos que a cultura local dominante a este propósito é a de trabalhadores por conta de outrem que, em troca de segurança e de estabilidade, vendem o seu trabalho. De facto, uma grande parte dos nossos inquiridos diz nunca ter pensado em criar o próprio emprego, devido principalmente a três razões: 1) preferirem trabalhar para outrem; 2) não terem recursos financeiros suficientes e 3) pela instabilidade inerente ao emprego por conta própria.

O quadro 7 permite-nos constatar que os indivíduos que criaram o próprio emprego são em número muito reduzido e fazem-no principalmente no sector da construção civil. O que acontece, frequentemente nestes casos, é juntarem-se dois ou três colegas com experiência na construção civil e formarem uma pequena sociedade para prestar serviços às empresas de construção. Socorrem-se de rendimentos próprios e, raramente, têm empregados.

**QUADRO 7 — Número de trabalhadores que se estabeleceram por conta própria segundo profissão na ECD e actividade actual**

<i>Profissão na ECD</i>	<i>Actividade profissional actual</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Exploração florestal</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Construção civil</i>	<i>6</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Mecânico/chapeiro</i>	<i>1</i>
<i>Mineiro</i>	<i>Comércio (café)</i>	<i>1</i>
<i>Serralheiro</i>	<i>Serralharia</i>	<i>1</i>
<i>Escriturário</i>	<i>Contabilidade</i>	<i>1</i>
<i>Pedreiro</i>	<i>Terraplanagem</i>	<i>1</i>
<i>Electricista</i>	<i>Actividade ligada à saúde</i>	<i>1</i>
	<i>TOTAL</i>	<i>13</i>

**Fonte:** Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Apenas 3 trabalhadores por conta própria têm empregados ao seu serviço (dois ou três, no máximo). 4 receberam apoios financeiros, "remindo" o subsídio de desemprego, isto é, recebendo o total das prestações de desemprego de uma só vez. Os que recorrem a este tipo de apoio estabeleceram-se em outras actividades que não a construção civil e, em nenhum caso, se tratou de um ex-mineiro, mas sim de outras categorias sócio-profissionais, o que não deixa de ser relevante. Os restantes utilizam economias próprias e sobretudo as indemnizações.

De um modo geral, estes trabalhadores por conta própria não parecem sentir-se muito satisfeitos. E a hipótese de regressarem a uma situação de trabalho por conta de outrem não está colocada de lado: «*não há como ter um patrão*», exclama este antigo escombreiro de 32 anos, actualmente, a trabalhar por conta própria na construção civil.

## **9. O prolongamento do desemprego**

Os indivíduos que se encontram, actualmente, desempregados são em número superior relativamente aos que obtiveram emprego. Neste grupo de desempregados, a diversidade de estratégias e situações polariza-se entre os que declaram ter procurado emprego sem sucesso, e os que declaram nunca

ter procurado emprego. Depois, em cada um destes pólos, existem ainda pequenos subgrupos caracterizados por objectivos e razões diversas face à mesma estratégia de procurar ou não emprego ou face às razões do insucesso na procura.

Da análise do quadro 8, sobressaem pela positiva, ainda que de forma minoritária, os indivíduos que se encontram voluntariamente desempregados, isto é, os que, apesar da situação de desemprego, parecem ser portadores de estratégias ofensivas para a saída do desemprego. Referimo-nos àqueles casos que esperam criar o próprio emprego, aos que têm emprego em vista, aos que frequentam curso e aos que esperam ser reformados (ainda que nestes últimos a situação seja um pouco diferente). Permanece-se no desemprego, mas entretanto mobilizam-se recursos para se alcançar uma situação desejada.

De forma não tão ofensiva, mas igualmente reveladora de um certo grau de liberdade individual, encontra-se o caso dos indivíduos que se encontram na situação de desemprego, ou porque têm outras ocupações que consideram suficientes, ou porque desenvolvem trabalhos na "economia subterrânea". Mais do que ofensivas, estas parecem-nos situações tradutoras de estratégias de adaptação que permitem um amortecimento dos custos sociais provocados pelo desemprego, e equilibram o rendimento familiar. Estes indivíduos juntam ao apoio formal que é o subsídio de desemprego (nesta altura, trata-se maioritariamente do subsídio social, de menor valor) o rendimento de outras actividades não declaradas.

Estes resultados reenviam para as mesmas razões que anteriormente apontámos para o facto de não se procurar emprego, permanecendo, também aqui, a distinção entre os que o fazem por uma certa incapacidade pessoal e social (ligadas à idade, ausência de qualificações, falta de empregos, estado de saúde, etc.) e os que o fazem de forma mais estratégica.

O contexto local, caracterizado por um esvaziamento de postos de trabalho, é sem dúvida um facto de enorme importância. A grande maioria dos que procuraram emprego e não tiveram sucesso relacionam isso com a falta de empregos na região e com o facto de os eventuais empregos ficarem longe e serem mal pagos. Estes factores são igualmente evocados por alguns daqueles que estão actualmente desempregados e nunca procuraram emprego.

Alguns, porém, realçam outros aspectos como as causas da sua permanência no desemprego. A sua procura de emprego é acompanhada de elementos, como a idade avançada, problemas de saúde, desmotivação, que contribuem para o insucesso dessa procura.

QUADRO 8 — Razões para ainda se encontrar desempregado

<i>Motivos</i>	<i>N.º de indivíduos</i>
<i>Procurou várias vezes, mas não conseguiu encontrar</i>	<i>5</i>
<i>Procurou várias vezes, mas não conseguiu encontrar Por falta de empregos na região</i>	<i>20</i>
<i>Procurou várias vezes, mas não conseguiu encontrar Os empregos existentes ficam longe e são mal pagos</i>	<i>11</i>
<i>Procurou várias vezes, mas não conseguiu arranjar Por falta de empregos na região Outros motivos (desmotivação, idade, estado de saúde, tem esperança de ter reforma)</i>	<i>2</i>
<i>Procurou várias vezes, mas não conseguiu encontrar Outros motivos (idade, doença, receio de perder subsídio de desemprego, falta de "cunhas ", acidente)</i>	<i>6</i>
<i>Nunca procurou emprego, por estar a receber subsídio</i>	<i>6</i>
<i>Nunca procurou emprego, por esperar ser reformado</i>	<i>3</i>
<i>Nunca procurou emprego, por ter outras ocupações</i>	<i>3</i>
<i>Nunca procurou emprego, por falta de empregos na região</i>	<i>7</i>
<i>Nunca procurou emprego, por falta de empregos, ficam longe e são mal pagos</i>	<i>9</i>
<i>Por falta de empregos na região</i>	<i>5</i>
<i>Os empregos existentes ficam longe e são mal pagos</i>	<i>4</i>
<i>Espera criar próprio emprego</i>	<i>2</i>
<i>Nunca procurou por estar com baixa médica</i>	<i>1</i>
<i>E trabalhador por conta própria clandestino</i>	<i>1</i>
<i>Frequenta curso</i>	<i>1</i>
<i>Nunca procurou nem está preocupado</i>	<i>1</i>
<i>Nunca procurou... + qualquer emprego teria um salário inferior ao subsídio</i>	<i>1</i>
<i>Tem emprego em vista</i>	<i>2</i>
<i>Nunca procurou, pois nunca encontraria um emprego estável</i>	<i>1</i>
<i>TOTAL</i>	<i>91</i>

Fonte: Inquérito aos ex-trabalhadores da ECD.

Esta análise dos motivos pelos quais estes trabalhadores ainda se encontram desempregados demonstra, em larga medida, como uma permanência por mais de um ano no desemprego não conduz, inevitavelmente, à exclusão definitiva do mercado de trabalho e à exclusão social propriamente dita.

Como vimos, a principal causa para se encontrarem actualmente desempregados, após quase cerca de dois anos, deve-se, para grande parte dos indivíduos, à existência de um subsídio de desemprego longo que reduz as pressões económicas de se encontrar um novo emprego. Também, muitos dos que voluntariamente não procuram emprego fizeram-no, não apenas pela inexistência de postos de trabalho no espaço local, mas por outros motivos mais ligados a estratégias e objectivos pessoais.

Os casos que se afiguram mais graves, e, estes sim, talvez mais próximos da categoria tradicional do desempregado de longa duração, são aqueles que, ou nunca procuraram emprego por desencorajamento ou por não saberem onde procurar, ou procuraram emprego várias vezes sem terem tido sucesso, estando esse facto ligado à idade, a problemas de saúde e a uma certa desmotivação que conduz alguns a desistirem.

Este grupo problemático representa, contudo, um número muito reduzido de indivíduos da nossa amostra. Isto porque, dos 36 que declararam ter desistido de procurar emprego, só em cerca de 4 casos é que se trata verdadeiramente disso. Dos restantes, alguns deixaram de procurar emprego não por desistência, mas porque outros cenários de emprego e de futuro lhes apareceram, como por exemplo, emigrar, estabelecer-se por conta própria ou frequentar um curso de formação profissional. Noutros, trata-se de pessoas que nunca chegaram a procurar emprego. A sua estratégia foi a de suspender, por enquanto, essa prática. Só procurarão emprego depois de as prestações de subsídio terminarem, ocupando-se, entretanto, em biscates. Outros ainda, apesar de alguma desmotivação e de pouco investimento na procura, não desistiram completamente de encontrar um outro emprego. Esperam apenas o momento mais oportuno.

Existe, é certo, a possibilidade de uma exclusão do mercado de trabalho para os desempregados com 45 ou mais anos, dada a sua idade e os problemas de saúde que se lhes associam. Ao facto de terem trabalhado no interior da mina durante muito tempo, junta-se uma forte desmotivação. Para além da sua auto-imagem não ser a mais favorável, estes homens vão também recebendo sinais do mercado de que têm poucas possibilidades de aí entrarem novamente. A uma identidade para si pouco positiva, acrescenta-se uma identidade virtual por parte do mercado de trabalho igualmente negativa. A única possibilidade de se projectarem no futuro — a identidade visada — reside no acesso reivindicado à reforma, mas que é também recusada. O

não acesso à reforma antecipada, ao contrário de alguns colegas, reforça a vivência negativa do desemprego e a falta de projecção profissional no futuro.

Pensamos, contudo, que este facto não conduzirá a situações de absoluta exclusão social, ainda que sejam de prever consequências pouco favoráveis à construção de uma identidade positiva. A integração familiar bem como o reconhecimento da comunidade local destes homens, injustamente marginalizados no acesso à reforma antecipada depois de tantos anos de trabalho na mina, são condições que permitirão evitar um processo de desinserção social.

Por outro lado, a estratégia de alguns, segundo pudemos constatar, é a de procurarem ocupar-se por determinados períodos em trabalhos temporários na construção civil, na agricultura, etc, o que lhes permite receber, novamente, o subsídio de desemprego por um certo período e, depois, insistir nesta alternância entre emprego e desemprego até à idade da reforma. Outra estratégia utilizada é a de manterem a inscrição como desempregados no Centro de Emprego e, simultânea e informalmente, irem-se ocupando em pequenos biscates até à idade da reforma. Deste modo, não se afastam completamente do mundo do trabalho, obtêm rendimentos e não se isolam do resto da comunidade.

É claro que, num ou noutro caso, os riscos de exclusão social, provocados pela perda do emprego, podem ocorrer. Mas é um risco provável, sobretudo, nos casos em que existe uma situação anterior ao desemprego instável do ponto de vista familiar e mesmo psicológico. A perda do emprego vem agravar uma situação anterior já problemática, o que pode conduzir a uma crise identitária profunda e a um afastamento do mundo do trabalho e da vida colectiva.

Mas a forte integração familiar, a solidariedade entre colegas, amigos e conhecidos e, até, uma certa tradição de associativismo e de vida pública, colectiva, faz-nos crer que, no geral, não se assistirá a situações de absoluta exclusão social. O que não é o mesmo que dizer que não existirão problemas de integração destes desempregados no mercado de trabalho, problemas de relacionamento familiar e problemas identitários fortes. Pensamos é que os indivíduos tendem a desenvolver estratégias para fazer face aos problemas e, desse modo, a diminuir os riscos de uma desinserção social.

Um facto importante parece-nos ser o de que quase todos os que se encontram objectivamente desempregados esperam sair dessa situação; alguns têm a expectativa de encontrar um trabalho estável; outros, possivelmente mais realistas e considerando as suas capacidades, esperam apenas arranjar um trabalho qualquer, «*nem que seja à hora*», até atingirem a idade da reforma.

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos permitem-nos avançar algumas considerações. A primeira é para assinalar que o contexto local, regional e nacional tem uma importância decisiva nos modos de viver e nas estratégias mobilizadas para se sair do desemprego. As vivências de desemprego, que podemos caracterizar como relativamente integradas, e as estratégias de acomodação ao subsídio de desemprego, de não frequência de acções de formação e de não procura imediata de emprego, observadas nos operários mineiros, tornam-se mais compreensíveis se forem analisadas à luz de um conjunto de aspectos, de entre os quais se destacam:

- a localização em meio rural, muito próximo, nalguns aspectos, da sociedade tradicional;
- a presença de redes familiares e de sociabilidades intensas;
- a grande importância da pertença a uma colectividade forjadora de identidades e representações pouco favoráveis à reconversão profissional;
- a existência de um enquadramento institucional favorável (indenizações, prestações de subsídio de desemprego de valor elevado...);
- o papel importante da pequena agricultura familiar;
- um forte recurso às actividades informais, cujos rendimentos auferidos compensam, em certa medida, o estatuto desvalorizado que é atribuído a um indivíduo no desemprego;
- a desvitalização do sistema local de emprego, traduzida na inexistência de postos de trabalho para ocupar.

Todos estes elementos convergem no sentido de atenuar as consequências negativas do desemprego. Assim, face à ausência do emprego estável, os indivíduos redireccionam os seus investimentos identitários para outras esferas, tais como a família, a comunidade e as actividades informais. Em meios mais pequenos, como é aqui o caso, a integração social está muito associada à integração familiar e comunitária. Por outro lado, o facto de o desemprego atingir directa ou indirectamente quase todas as famílias da região, faz com que a estigmatização, a que tradicionalmente são votados os desempregados, não seja relevante.

Se estivéssemos a tratar de operários "rígidos", num contexto urbano, onde as redes familiares e de sociabilidades não são tão intensas, os resultados a que chegaríamos seriam, muito provavelmente, diversos.

Para além dos aspectos anteriormente referidos, a existência do emprego estável anterior e um tipo de inserção na ECD muito próximo do

modelo monopolista influenciam significativamente o tipo de vivências e os caminhos percorridos até à situação actual. Na realidade, a associação entre emprego estável anterior, não procura de emprego após a saída, recurso aos apoios financeiros formais — subsídio de desemprego e indemnizações —, ausência de formação profissional e exercício de actividades informais é predominante nos itinerários de desemprego da maior parte dos indivíduos.

Os percursos que se desviam deste (os que incluem a frequência de formação, por exemplo) estão, em geral, relacionados com indivíduos que conheceram outras experiências profissionais, que viveram situações anteriores de desemprego e com uma mobilidade geográfica significativa. Tal não implica que a situação actual face ao emprego seja completamente e apenas determinada pelo emprego anterior e pelos modos de vida no desemprego. As oportunidades objectivas existentes, articuladas com as predisposições dos indivíduos, condicionam largamente o tipo de situações encontradas. Com efeito, a grande oferta de trabalho na construção civil potenciou cenários de reinserção profissional para grande parte dos indivíduos que se disponibilizaram a trabalhar, pelo que a maioria das situações de reinserção profissional encontradas ocorrem no sector da construção civil.

Outro dado que se torna importante realçar e que os resultados obtidos confirmam é que não se pode definir *a priori* categorias de exclusão do mercado de trabalho, situações irreversíveis de inempregabilidade. Mesmo em situações muito desfavoráveis, caracterizadas pela ausência de recursos profissionais e outros, em que as dificuldades e obstáculos à reinserção num novo emprego são superiores aos trunfos — como é o caso dos mineiros do Pejão —, mesmo nestas situações, os indivíduos possuem certas margens de liberdade que podem utilizar na reorientação dos factos a seu favor, e não estarem inevitavelmente colocados à margem do mercado e das relações sociais daí derivadas.

É assim que compreendemos que indivíduos sujeitos às mesmas condicionantes sociais e com características sócio-demográficas idênticas, possam encontrar-se em situações diferentes, uns desempregados, outros empregados. Porém, assinala-se que os factores estruturais determinam, em grande medida, o leque de opções que se apresentam aos indivíduos na altura de tomarem decisões.

Com efeito, nas situações de reinserção profissional encontradas, nota-se, de forma acentuada, a influência dos factores sociais mais objectivos. As características dos empregos encontrados pelos operários mineiros configuram, na sua maioria, uma situação de reinserção precarizante ligada, quer a um conjunto de traços dos percursos formativos e profissionais destes indivíduos tais como, a ausência de qualificações profissionais validadas e reco-



nhecidas no mercado de trabalho, a desqualificação sofrida no exercício da profissão anterior, a não aquisição de novas competências profissionais e a indisponibilidade psicossociológica para frequentar a formação, quer às transformações que têm vindo a ocorrer no mundo do trabalho, como por exemplo a proliferação dos empregos atípicos e o recurso predominante ao contrato a termo certo e aos trabalhos informais por parte dos empregadores.

Outra ideia que nos parece de alguma importância refere-se à necessidade de distinguir a categoria de desemprego de longa duração da categoria tradicional de desemprego de exclusão. Não há uma correspondência directa entre elas. Os desempregados da ECD, porque inscritos no Centro de Emprego há mais de 12 meses, são considerados desempregados de longa duração. Contudo, nem todos apresentam as características tradicionais deste perfil de desempregados, ligado à exclusão económica, relacional e simbólica. Embora excluídos por mais de 12 meses do mercado de trabalho, eles recorrem a outro tipo de recursos para se integrarem e serem reconhecidos.

De um modo geral, o desemprego dos trabalhadores da ECD (exceptuando os casos que, devidamente, explicitámos no decorrer do trabalho) não tem um efeito imediato de exclusão do mundo do trabalho. O tempo que demoram a encontrar um novo emprego, não deixando de estar muito dependente da condição objectiva de existência de empregos, relaciona-se fortemente com uma gestão individual das oportunidades que aparecem. Todavia, o que se nota de forma acentuada é que os empregos a que têm acesso são de qualidade continuamente degradada.

Se para esse facto muito contribuiu o percurso profissional anterior e o trabalho na ECD, bem como as características estruturais do espaço há que considerar também que, do ponto de vista da formação de reconversão profissional, não foram criadas hipóteses capazes de contornarem aquela tendência, apesar de terem existido cursos de formação profissional para reconversão dos trabalhadores da ECD. Mas isso não basta para que os trabalhadores se reconvertam profissionalmente. É fundamental que estes se disponibilizem a frequentá-las. Ora, o que se verifica é uma resistência à reconversão profissional, principalmente, por parte dos trabalhadores com mais de 35 anos de idade e com habilitações ao nível da 4.<sup>a</sup> classe. Estes resultados sobre os mineiros do Pejão aproximam-se muito dos obtidos para os trabalhadores oriundos dos lanifícios<sup>42</sup>, e vão também ao encontro de estudos feitos noutros países, os quais chegam às mesmas conclusões.

---

<sup>42</sup> Cf. Helena Lopes — «Competência e modos de gestão dos recursos humanos nos lanifícios», in M. J. Rodrigues, A. O. das Neves (Coord.) — *Políticas de reestruturação, emprego e desenvolvimento regional*, Lisboa, IIEFP, 1994.

A formação não aparece, deste modo, como via para a reinserção profissional. O recesso ao emprego dá-se geralmente através da mobilização de competências adquiridas fora do espaço da empresa e do recurso a redes de conhecimentos e de parentesco.

No que concerne à problemática da construção e reconstrução identitária, e embora não a tenhamos desenvolvido neste artigo <sup>43</sup>, interessa assinalar que estamos perante indivíduos com identidades em crise. Tanto os que estão desempregados como os que estão empregados, tanto os que eram trabalhadores do interior como os que eram do exterior, todos estão envolvidos em processos de mudança, de alteração das referências espaço-temporais e dos projectos, enfim, em processos de reconstrução identitária, ainda que de formas diferenciadas.

Neste momento particular das suas biografias — a perda do emprego estável —, todos se confrontam com a necessidade de encontrar novas referências ao nível profissional e, por inerência, ao nível identitário.

A relativa estabilização das identidades até ao momento da saída, sucede-se uma desconfiguração e desestabilização provocadas pela perda do emprego. A expectativa que todos tinham, de uma forma mais ou menos vincada, de poderem completar na ECD o seu ciclo de vida activa, a sua carreira profissional, sem os "incómodos" de terem de enfrentar de novo o mercado de trabalho e a concorrência por um emprego ou a luta por um estatuto jurídico de inactivo, o único, para alguns, potenciador de um reconhecimento social mínimo, encontra-se agora gorada.

Mesmo para os que conseguiram reinserir-se num emprego, invade-os a angústia de poderem chegar a uma altura em que, embora em idades activas e a precisarem de trabalhar, se sintam fisicamente incapazes de realizar o trabalho.

Esta preocupação parece ter fundamento, nomeadamente se pensarmos que o tipo de trabalho de grande parte dos que actualmente estão empregados — na construção civil, em particular — é muito exigente em termos de esforço físico. «*Eles agora ainda aguentam este trabalho [na construção civil], mas, daqui a uns anos, o corpo ressenete-se*» — refere-nos uma mulher cujo marido se encontra a trabalhar na construção civil.

Como vemos, a crise não afecta apenas os que ainda estão desempregados. Os que estão a trabalhar vivem, como aqueles, a angústia do futuro.

---

<sup>43</sup> Para a análise das principais configurações identitárias ver Ana Maria Duarte — *Vivências de desemprego, estratégias de reinserção profissional e reconstrução de identidades — O caso dos mineiros do Pejão*, Dissertação de Mestrado, Dezembro de 1997, FLUP, pp. 214-224.

As "ofertas identitárias" em termos profissionais não os satisfazem. Consequentemente, a esfera do trabalho vai perdendo peso nas suas identidades sociais. A escassez de oferta de empregos, a precariedade da relação de emprego, os conteúdos de trabalho pobres e empobrecedores só negativamente participam na reconstrução identitária. Por vezes, a esfera familiar ressentem-se disso e a crise adquire dimensões mais graves. Por aqui se conclui que os percursos objectivados de reinserção não correspondem necessariamente a uma vivência positiva dos mesmos. Não há uma necessária correlação entre trajectórias objectivadas e trajectórias vividas.

Tendo em conta estas questões, e sabendo que o emprego constitui, apesar de tudo, o elemento determinante do estatuto e da existência social destes indivíduos, a intervenção na regulação do mercado de trabalho e no modelo organizacional, tornando mais humanas as condições de trabalho, pode funcionar como uma via de solução para atenuar os problemas associados a inserções e reinserções precarizantes e instáveis no mercado de trabalho.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. F., PINTO, J. M., *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1976.
- ALMEIDA, João Ferreira de et alii, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Ed., 1992.
- BENOIT-GUILBOT, Odile — «Sortir du chômage... ? Avant-propos», in *Sociologie du Travail*, n.º 4, 1990, pp. 399-409.
- BERTAUX, D., *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Ed., 1978.
- BOURDIEU, Pierre, «Le Capital Social. Notes Provisoires», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, 1990, pp. 2-3.
- «La double vérité du travail», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 14, 1996, pp. 89-90.
- «Gostos de classe e estilos de vida», in R. ORTIZ (org.), *Pierre Bourdieu*, S. Paulo, Ed. Atiça, 1983, pp. 82-119.
- *La distinction*, Paris, Ed. Minuit, 1979.
- *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993.
- CERTEAU, Michel de, *L'invention du quotidien. Arts de faire*, Vol. I, Paris, U.G.E., 1980.
- CHAPOULIE, J. M., «Sur L'analyse sociologique des groupes professionnelles» in *Revue Française de Sociologie*, n.º 1, 1973, pp. 86-114.
- CHASSEY F. de, «Reconversion: Demande Sociale et Sociologie — Quelques Figures et Reflexions», in M. C. VILLEVAL (dir.), *Mutations industrielles et salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, pp. 152-162.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE, *O Mercado de Trabalho na Área de Influência da Empresa Carbonífera do Douro - Portugal*, Porto, Out. 1988.

- DÍRIBARNE, Philippe, *Le Chômage Paradoxal*, Paris, PUF, 1990.
- DEMAZIERE D., «Chômage et Dynamiques Identitaires» in Serge PAUGAM (dir.), in *L'exclusion. U'état des savoirs*, Paris, La Découvert, 1996, pp. 335-343
- DEMAZIERE, Didier — *La Sociologie du chômage*, Paris, La Découvert, 1995.
- «La négociation des identités des chômeurs de longue durée», in *Revue Française de Sociologie*, 33 (3), pp. 335-363.
- DESPOINTES, Hervé Huyghues — «Être disponible et savoir cibler sa recherche: deux clés pour trouver un emploi», in *Economie et Statistique*, n.° 249, 1991, pp. 67-73.
- DESROSIÈRES, Alain e THEVENOT, Laurent, *Les catégories socio-professionnelles*, Paris, Ed. La Découvert, 1988.
- DUBAR, Claude, *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin, 1991.
- «Socialisation et processus», in Serge PAUGAM (Dir.), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris, La Découvert, 1996, pp. 111-119.
- «Formes identitaires et socialisation professionnelle», in *Revue Française de Sociologie*, n.° 33, 1992, pp. 505-529
- DURAND, Claude, *Chômage et Violence*, Paris, Éditions Galilée, 1981.
- EMPRESA CARBONÍFERA DO DOURO, *O Pejão. Jornal dos Mineiros do Pejão*, 1948 — 1963. ESTEVES, António, «Transition au travail: éléments d'analyse et perspectives» in A. Custódio GONÇALVES et alli (orgs), *La sociologie et les nouveaux défis de la modernisation AISLF/ secção de Sociologia da FLUP*, Porto, 1988. FERNANDES, A. Teixeira, «Formas e mecanismos de exclusão social», in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1.° vol., I série, 1991, pp. 9-66.
- «A Sociologia e a modernidade», in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 2.° vol., I série, 1992, pp. 7-28.
- FERREIRA, Virgínia, «Padrões de segregação das mulheres no emprego — uma análise do caso português», in Boaventura de Sousa Santos, *Portugal. Um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 1993. GALLAND, O, «Precarité et entres dans la vie», in *Revue Française de Sociologie*, n.° 25, 1984, pp. 49-66. GALLON, Elie, «Transferabilité des Qualifications et Caractéristiques Professionnelles et Sociales des Travailleurs placés en Conversion aux Chantiers Naval de la Seyne», in M. C. VILLEVAL, (Dir.), *Mutations industrielles et reconversion des salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, pp. 284-291. GAULEJAC, Vincent de; LÉONETTI, Isabel Taboada, «Intégration et exclusion», in Vincent de GAULEJAC; LÉONETTI Isabel Taboada, *La lutte des places*, Marseille, Paris, Hommes et perspectives, Desclée de Brouwer, 1994. GAZIER, Bernard — «L'employabilité: breve radiographie d'un concept en mutation», in *Sociologie du travail*, n.° 4, 1990, pp. 575-584.
- GIDDENS, A., *Constituição da Sociedade*, S. Paulo, Martins Fontes, 1989. GOFFMAN, E., *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982. GORZ, André, *Metamorphoses du travail*, Paris, Galileu, 1988.

- GUILLIMARD, Anne-Marie, «Emploi, protection sociale et cycle de vie» in *Sociologie du Travail*, n.º 3, 1993, p.257-284.
- GUITTON, H., *Repenser le travail: Chômage et salariat*, Paris, Ed. Universitaires, 1990.
- HAGUETTE, Teresa M<sup>a</sup> Frota, *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Editora Vozes, 1987. HÉBERT, M. Lessard, GOYETTE, G., BOUTIN, G., *Investigação Qualitativa*, Instituto Piaget, 1994 (1990).
- HERPIN, Nicolas, «Les consequences du chômage sur la consommation» in *Economie et Statistique*, Juillet-Aout, 1992, pp. 43-57. HERTOIGH, Alain e MIGLIORIN, Robert, *Vaincre l'exclusion aujourd'hui*, Paris, Boyard Éditions, 1995.
- HOGGART, Richard, *La Culture du pauvre*, Paris, Ed. Minit, 1970. LAZARSFELD, P., JOHADA, M. e ZEISEL H., *Les chômeurs de Marienthal*, Paris, Les Éditions de Minit, 1981.
- LEDRUT, Raymond, *Sociologie du chômage*, Paris, PUF, 1966. LEFEBVRE, Henri, *La vida cotidiana en el mundo moderno*, Madrid, Alianza Editorial, 1980. LEGRAND, Monique, «Atouts et Freins dans le Processus Individuel de Reconversion des Sidérurgistes Peu Qualifiés», in M. C. VILLEVAL (Dir.), *Mutations industrielles et reconversion des salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, pp. 111-124. LÉONETTI, Isabel Taboada, «Intégration et exclusion», in Vincent de GAULEJAC; ISABEL Taboada LÉONETTI — *La lutte des places*, Marseille, Paris, Hommes et perspectives, Desclée de Brouwer, 1994. LOPES, Helena, «Competência e Modos de Gestão dos Recursos Humanos nos Lanifícios», in M. J. RODRIGUES e A. O. das NEVES (org.), *Políticas de Reestruturação, Emprego e Desenvolvimento Regional*, (=Estudos 11) Lisboa, IEF, 1994.
- «Qualificação e Reversão», in *Organizações e Trabalho*, n. 3/4, Dezembro, 1990. MARUANI Margaret e Emmanuelle REYNAUD, *Sociologie de l'emploi*, Paris, Éditions La Découverte, 1993. MEHAUT Ph. e M. C. VILLEVAL, *La Mobilisation de la Formation par l'Entreprise dans les Operations de Reconversion Interne et Externe de la Main d'Oeuvre*, Nancy, GREE, 1990.
- MILLS, Wright C, *A Imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar. MOUËL Jacques Le, «Le chômage des jeunes: des "vécus" très différents», in *Sociologie du Travail*, 23, 2/1981. NUNES, A. Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1987. OLIVEIRA, J. Grosso, «Desemprego e representações sociais do trabalho» in *Actas do I Congresso Português de Sociologia*, II Vol., Associação Portuguesa de Sociologia, Ed. Fragmentos, 1990, pp. 97-107. OUTIN Jean-Luc, «Trajectoires professionnelles et mobilité de la main-d'oeuvre: la construction sociale de l'employabilité», in *Sociologie du Travail*, n. 4, 1990. PAIS, J. Machado, «Paradigmas sociológicos na análise do quotidiano», in *Análise social*, n.º 22, (90), Lisboa, 1986-1º, pp. 7-57.

- PAUGAM, Serge, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF, 1991.
- «La constitution d'un paradigme», in Serge PAUGAM (Dir.), *L'exclusion. L'état des savoirs*, Paris, Ed. La Découverte, 1996, pp. 7-19.
- «Les sciences sociales face à l'exclusion», in Serge PAUGAM (Dir.), *Uexclusion. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, 1996, pp. 565-577.
- PINTO, J. Madureira, «Considerações sobre a Produção Social de Identidades», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 32, 1991.
- «Questões de Metodologia Sociológica (I, II e III)» in *Cadernos de Ciências Sociais*, n. 1, 2 e 3, 1984-1985, pp. 5-42; 113-140; 133-156.
- *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1994.
- *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Afrontamento, 1985.
- REIS, J., *Os Espaços da Indústria*, Porto, Ed. Fragmentos, 1992.
- RODRIGUES, M. João, «As Políticas de reestruturação: das Coordenadas Gerais a um Caso Piloto», in M. J. RODRIGUES e A. O. das NEVES (org.), *Políticas de reestruturação, Emprego e desenvolvimento regional*, (=Estudos 11) Lisboa, IEFP, 1994, pp. 27-56.
- *Competitividade e Recursos Humanos*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1991.
- RODRIGUES, M. João, NEVES, A. O. (org.), *Políticas de reestruturação, Emprego e desenvolvimento regional*, (=Estudos 11) Lisboa, IEFP, 1994.
- RODRIGUES, Maria João, *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*, Lisboa, D. Quixote, 1988.
- «O mercado de trabalho nos anos 70», in *Análise Social*, n.ºs 87, 88 e 89, 1985.
- ROSE, José, «L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail de l'emploi», in *Sociologie du Travail*, n.º 1, 1996, pp. 63-79.
- «Transition Professionnelle et recomposition des status salariaux» in M. C. VILLEVAL (dir.), *Mutations industrielles et reconversion des salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, pp. 255-266.
- *Enquête d'emploi. Formation, chômage, emploi*, Paris, Economica 1984.
- ROUAULT-GALDO, Dominique — «Sortir du chômage: un parcours à handicaps», in *Economie et Statistique*, n.º 249, Dez., 1991, pp. 53-65.
- ROYON, G. et ai., «La Fermeture d'une grande Entreprise. Une Experience Significative des Difficultés de la Reconversion», in M. C. VILLEVAL (dir.), *Mutations industrielles et reconversion des salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992, pp. 125-135.
- SAINSAULIEU R., *L'Identité au Travail*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988.
- SALAS, R., BAVAREZ, N., REYNAUD, B., *L'invention du chômage*, Paris, PUF, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) — *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 1993.
- SCHNAPPER, Dominique, *L'épreuve du chômage*, Paris, Gallimard, Idées, 1981.
- IDEM «Rapport à l'emploi, protection sociale et statuts sociaux», in *Revue Française de Sociologie*, n.º 30 (1) 1989, pp. 3-29.
- SCHWARTZ, Olivier, *Le Monde Privé des Ouvriers. Hommes et Femmes du Nord*, Paris, PUF, Collection «Pratiques théoriques», 1990.

Vivências de desemprego e transformação dos modos de vida dos operários mineiros

- SILVA, A. Santos, *Entre o Sentido e a Razão, Durkheim, Weber e a Teoria das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1988.
- *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto, Afrontamento, 1994. SILVA, A. Santos, PINTO, J. Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1989. TANGUY, Lucien (dir.), *L'introuvable relation Formation/Employ*, Paris, Documentation Française, 1986. TRESMONTANT, R., «Chômage, les chances d'en sortir», *Economie et Statistique*, n.º 241, Março 1991. VILLEVAL, M. C. (dir.), *Mutations industrielles et reconversion des salariés*, Paris, L'Harmattan, 1992.